



ASSEMBLEIA FISCALIZA

09/06/2025

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA





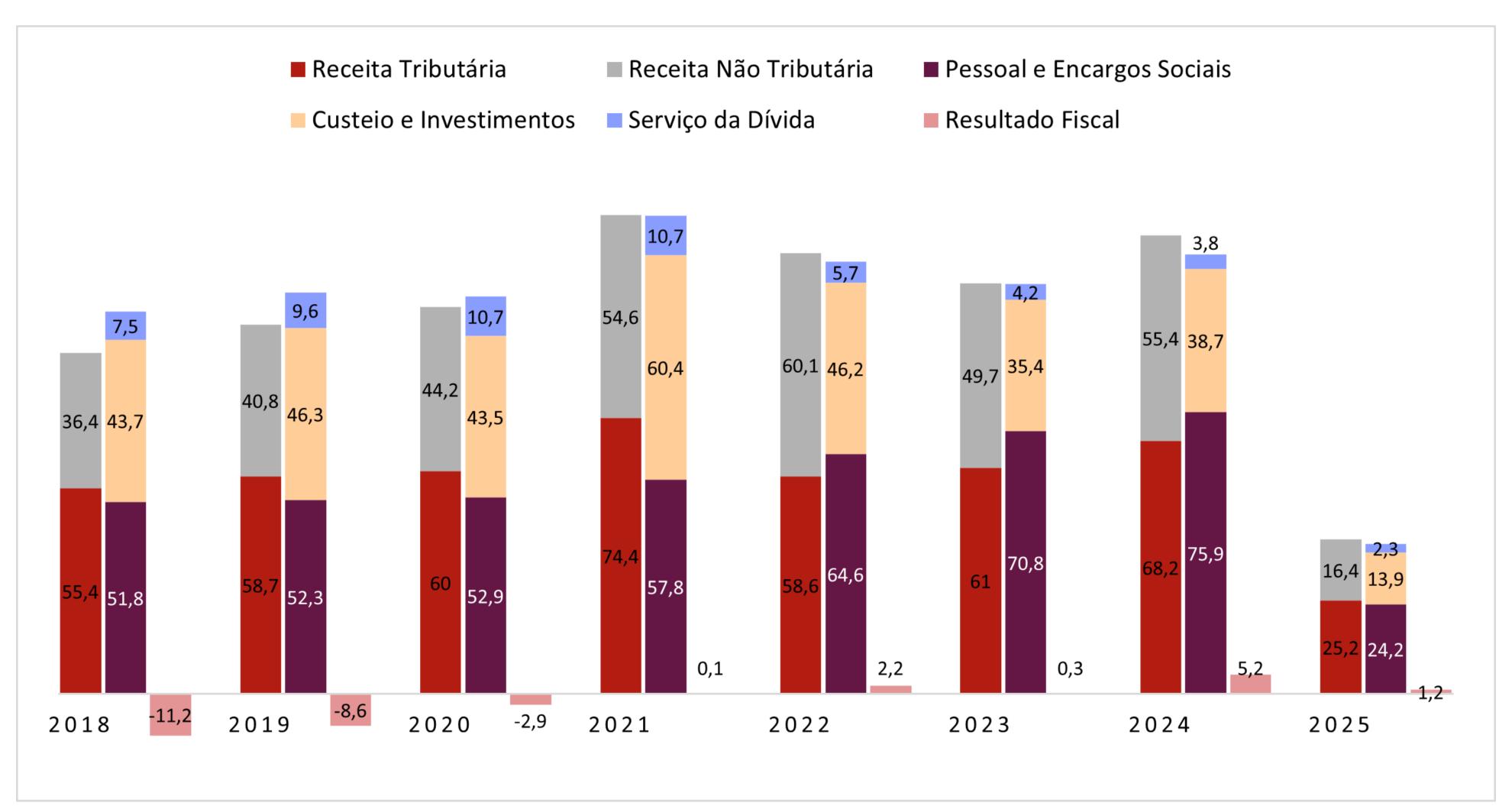


DADOS FISCAIS





RESULTADO FISCAL – 2018 a 2025

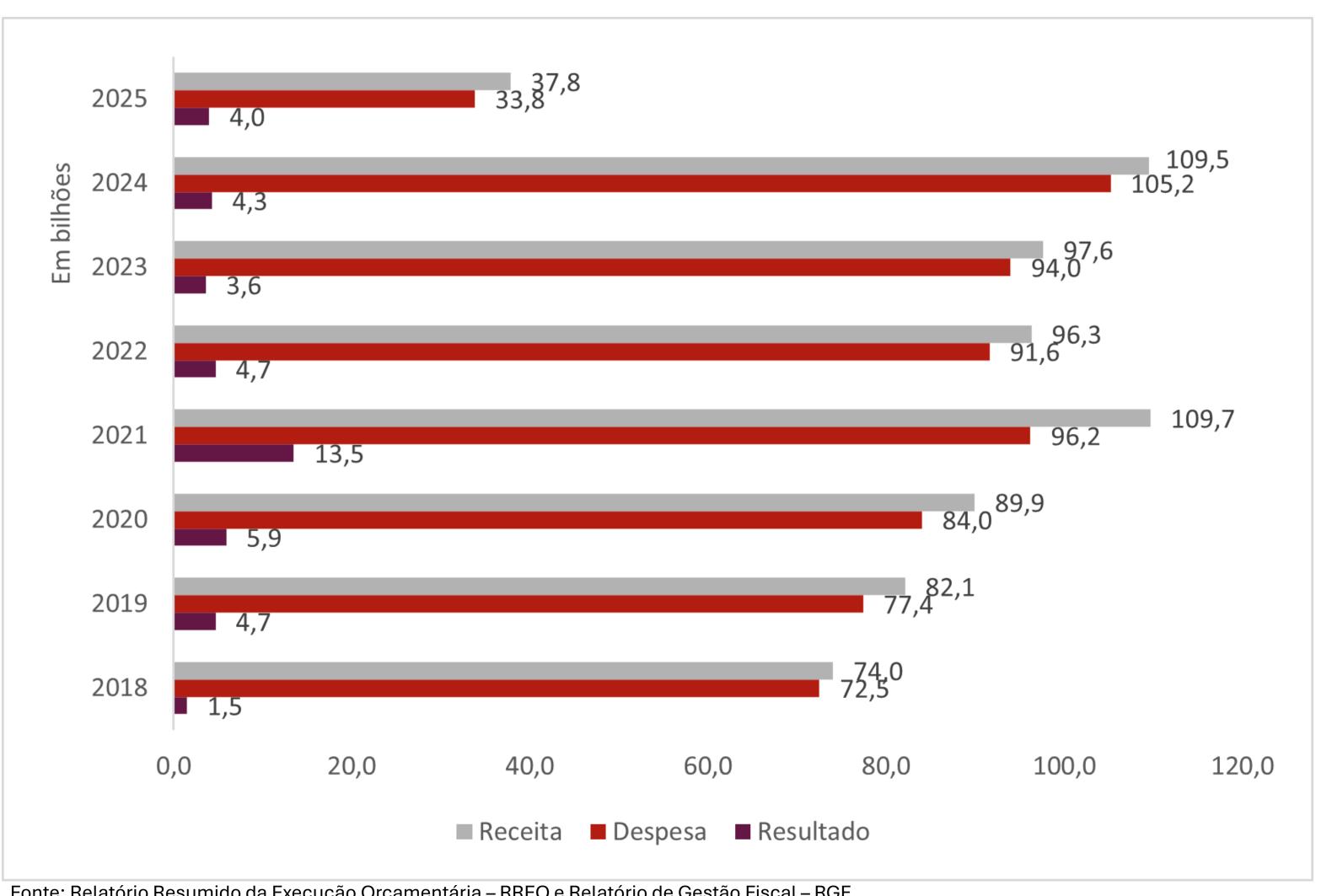


Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO





RESULTADO PRIMÁRIO - 2018 a 2025



Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO e Relatório de Gestão Fiscal – RGF

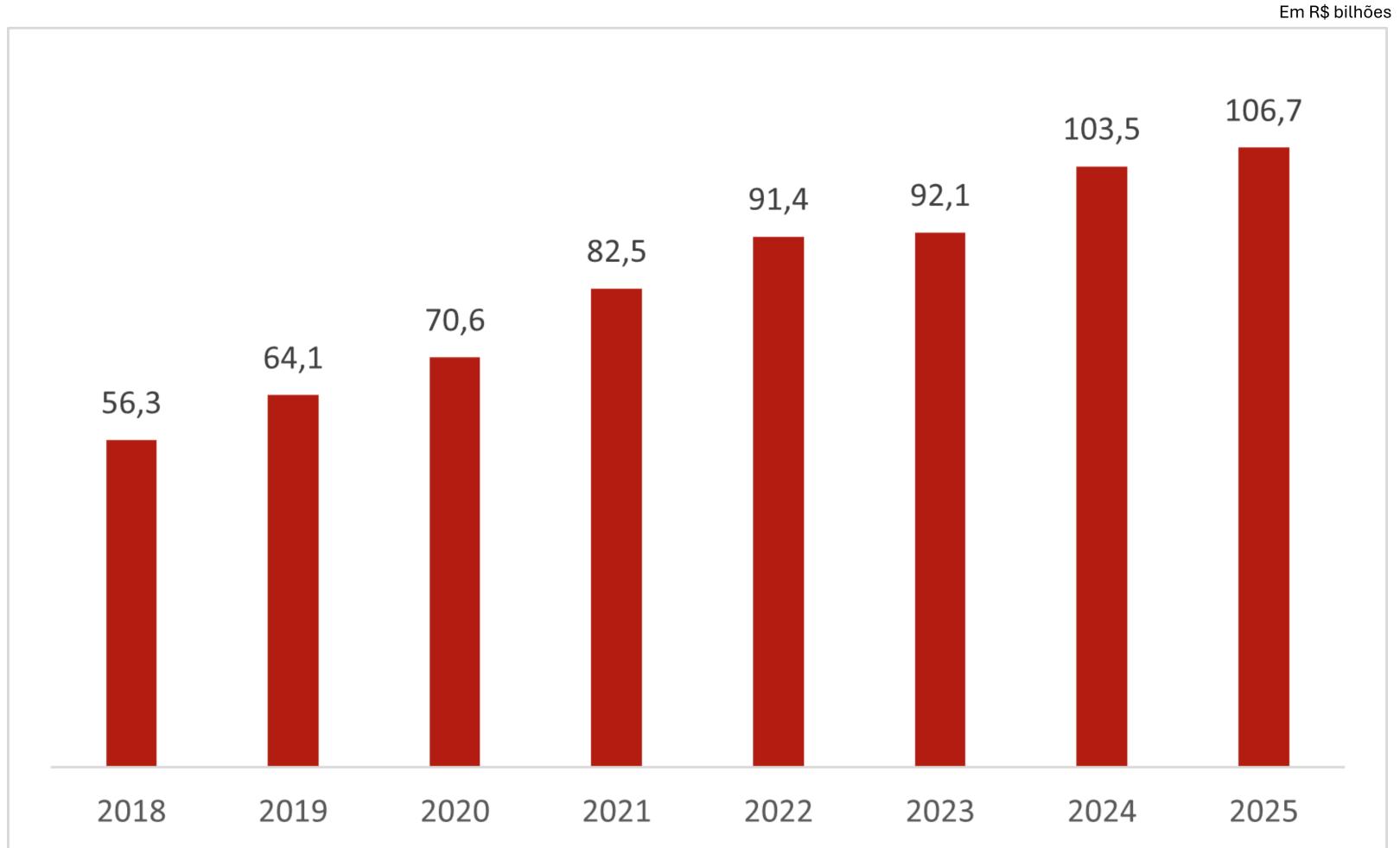
Nota: (*) A partir de 2023 as receitas intraorçamentárias passaram a compor o cálculo das receitas primárias.











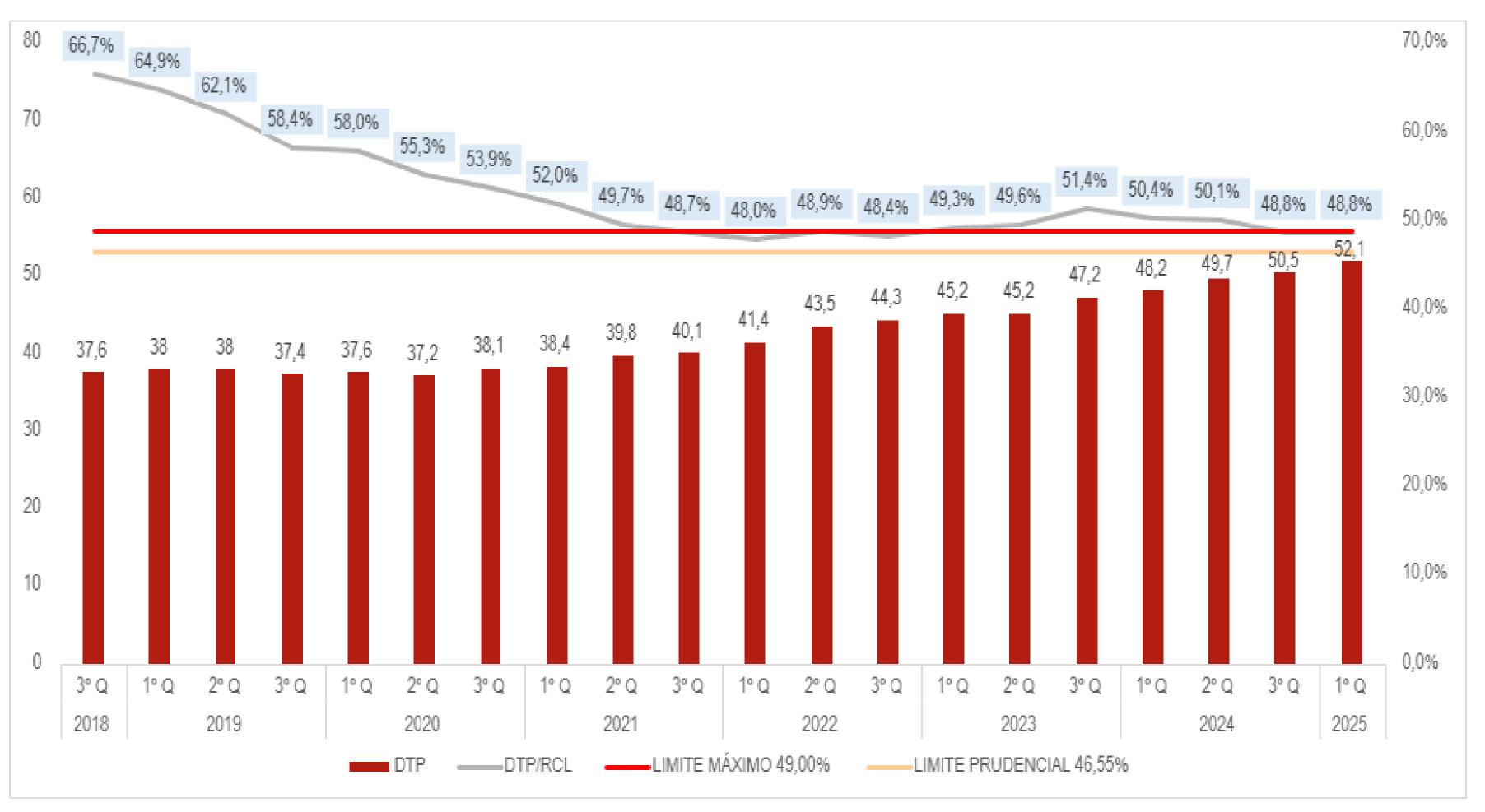
Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO





PRINCIPAIS INDICADORES – 2018 a 2025

DESPESA COM PESSOAL



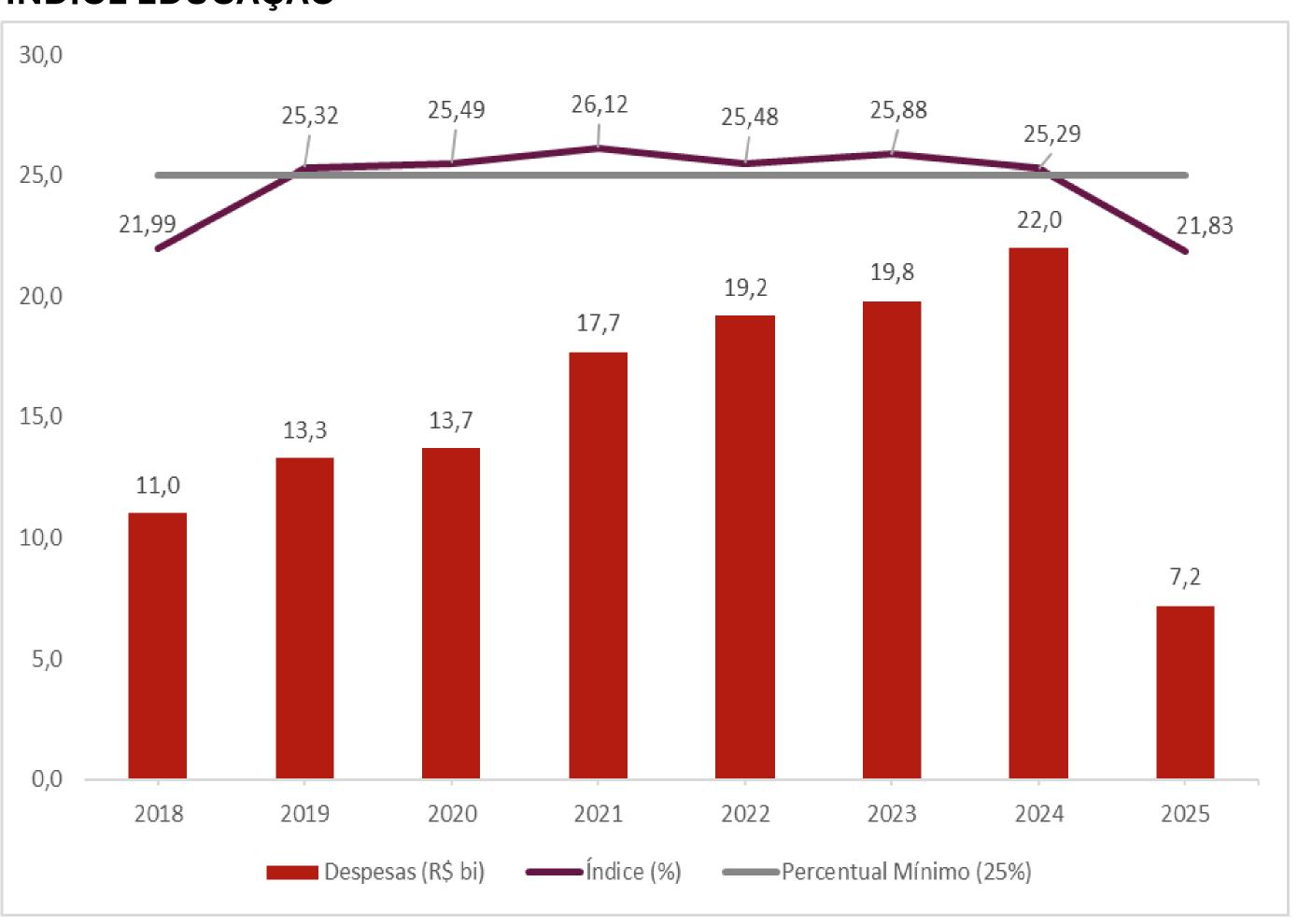
Fonte: Relatório de Gestão Fiscal – RGF Nota: (*) Até o 1º quadrimestre de 2025





PRINCIPAIS INDICADORES – 2018 a 2025

ÍNDICE EDUCAÇÃO



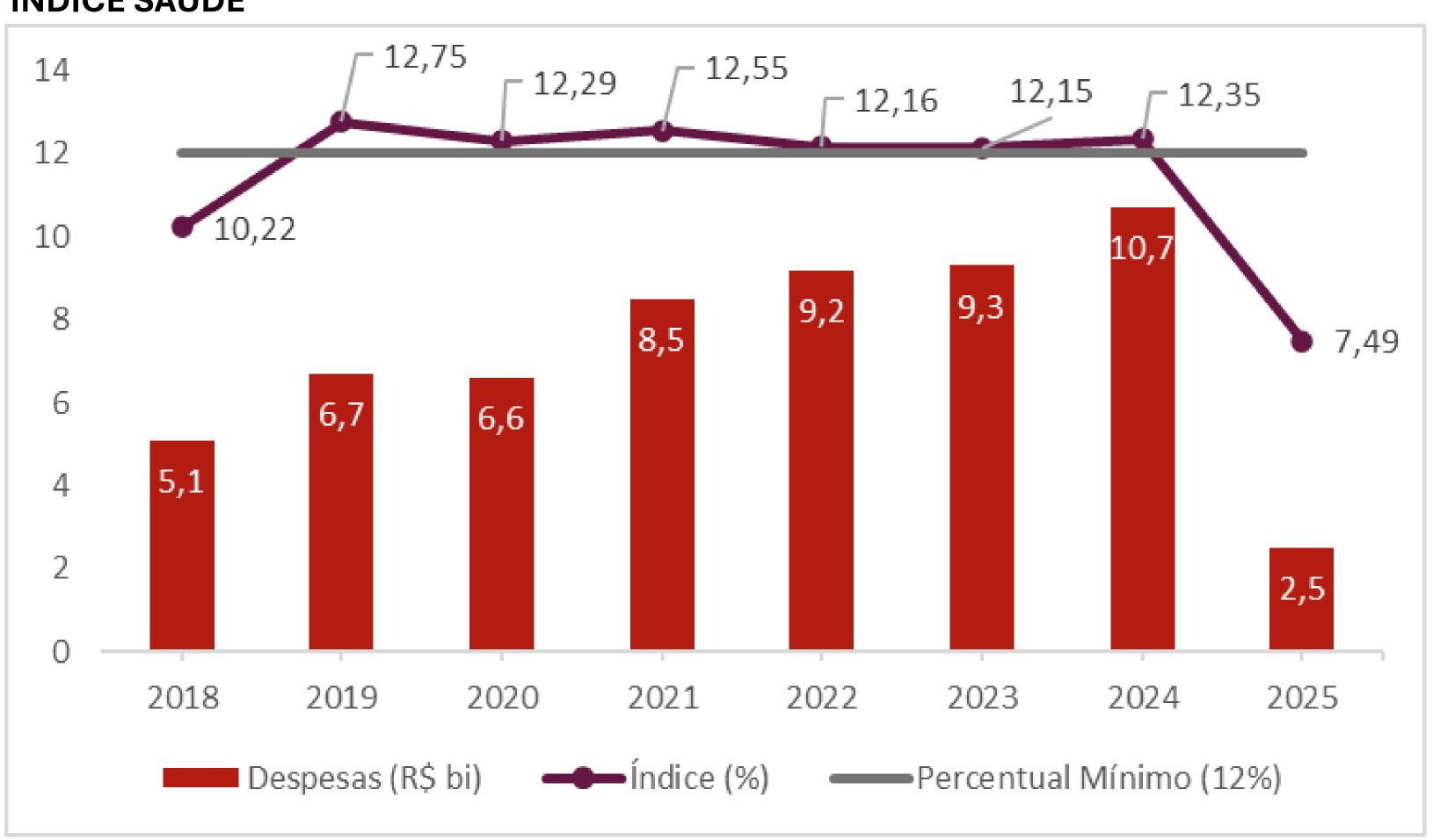
Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO





PRINCIPAIS INDICADORES – 2018 a 2025

ÍNDICE SAÚDE

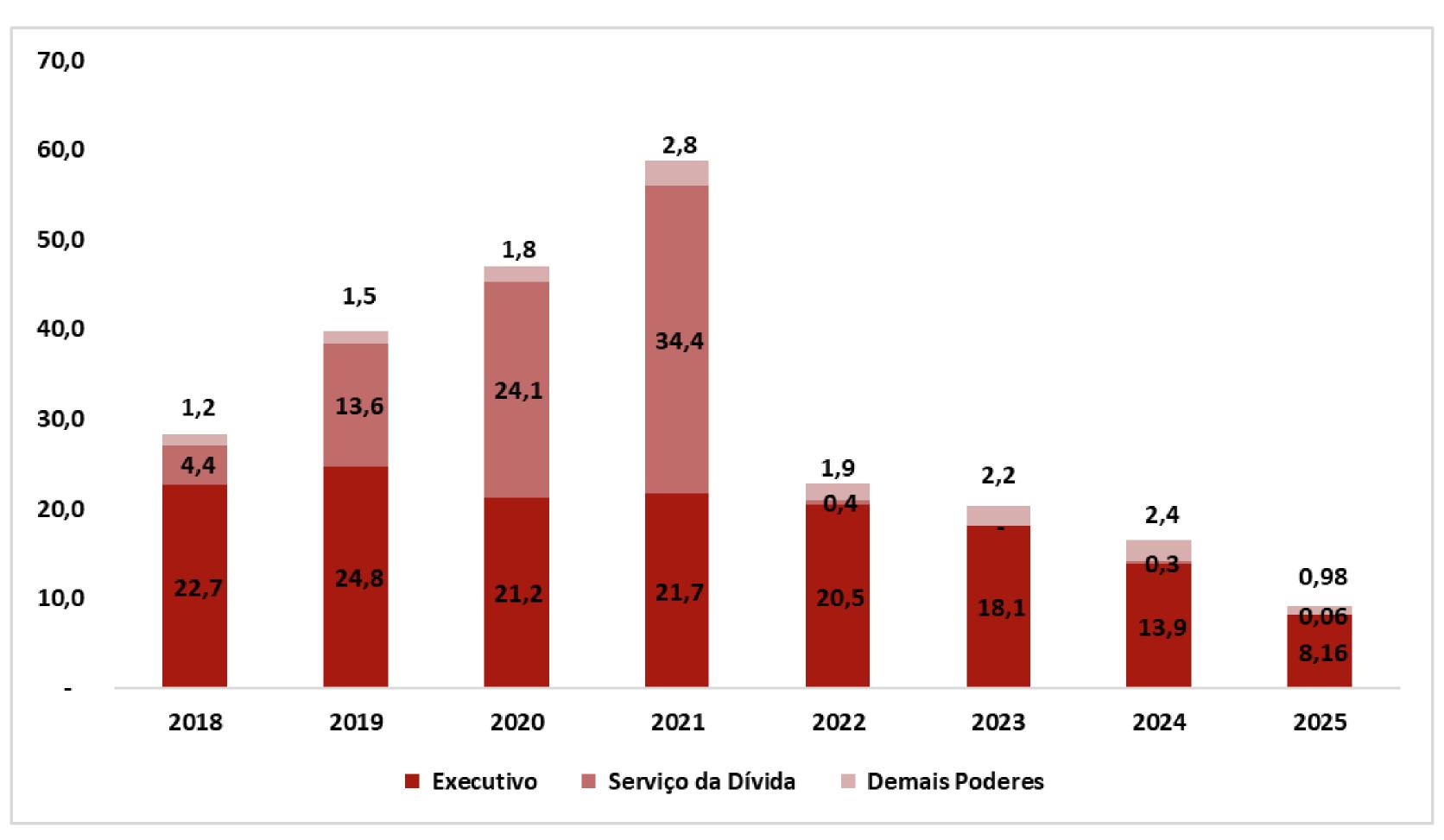


Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO





EVOLUÇÃO DO ESTOQUE DE RESTOS A PAGAR

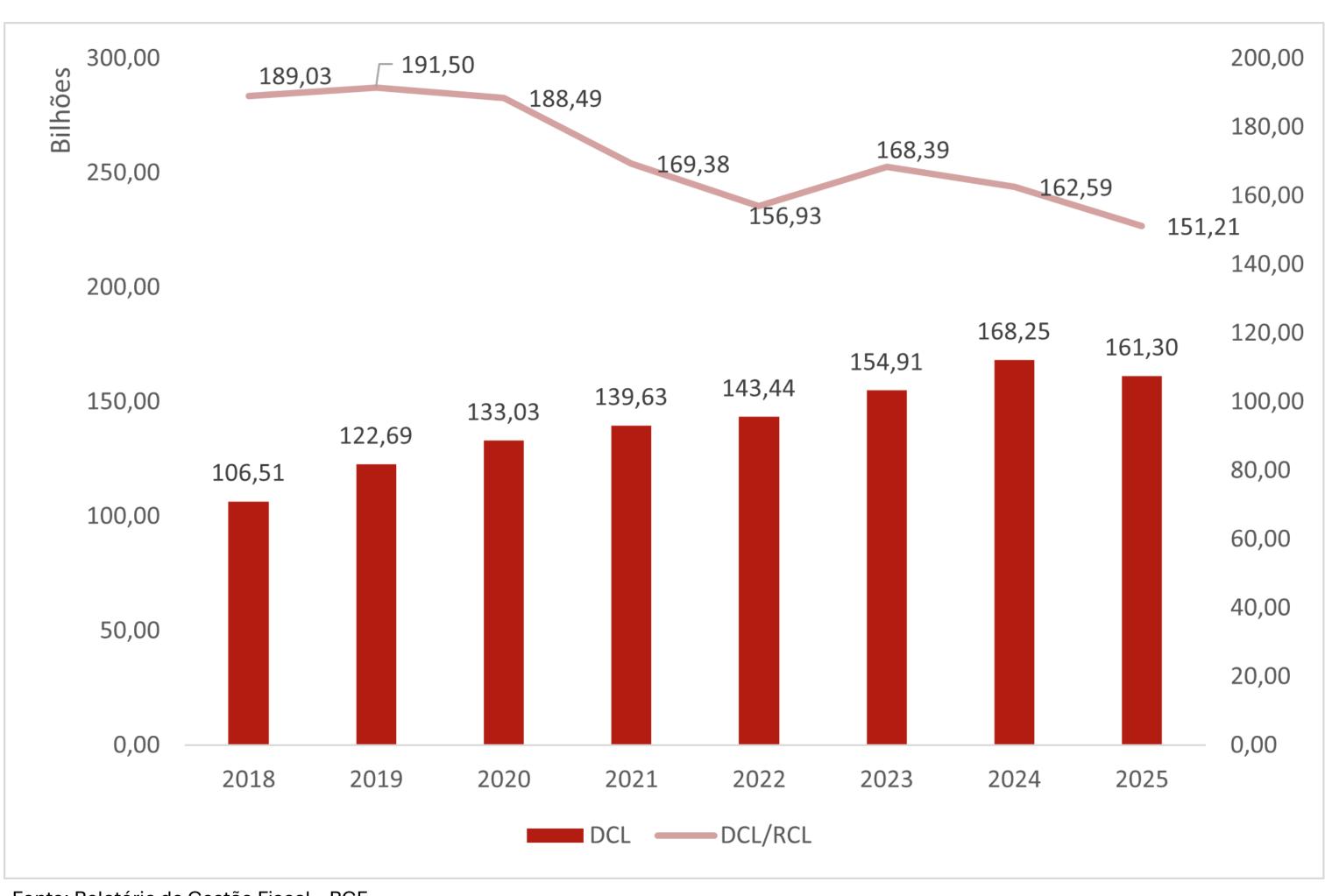


Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO e Siafi-MG









Fonte: Relatório de Gestão Fiscal – RGF Nota: (*) Até o 1º quadrimestre de 2025



PERFIL DA DÍVIDA PÚBLICA DO ESTADO SALDO EM 30/04/2025



Dívida Pública Fundada Estadual	ABRIL/2025	(%)
Estoque da Dívida	191.318.491.826	100,00%
Dívida Interna	181.058.894.391	94,64%
Em Moeda Nacional	174.419.637.997	91,17%
União Federal	165.623.370.910	86,57%
BNDES	1.072.495.289	0,56%
CEF	156.856.211	0,08%
Deposítos Judiciais	4.917.472.567	2,57%
Parcelamentos	2.581.808.264	1,35%
Outros Credores	67.634.758	0,04%
Indexada em Moeda Estrangeira	6.639.256.394	3,47%
Banco do Brasil	6.617.996.912	3,46%
BNB	21.259.482	0,01%
Dívida Externa	10.259.597.434	5,36%
BIRD	6.421.311.926	3,36%
Credit Suisse	2.151.392.700	1,12%
AFD	1.029.600.000	0,54%
BID	657.292.808	0,34%



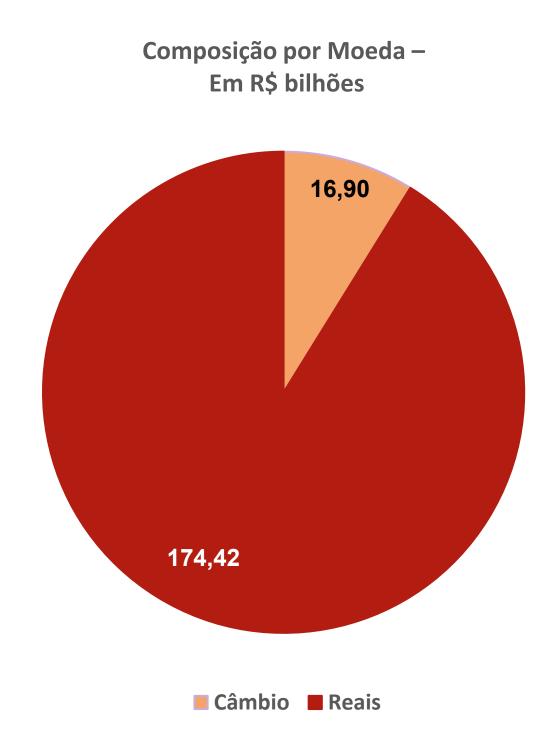
PERFIL DA DÍVIDA PÚBLICA DO ESTADO COMPOSIÇÃO DO SALDO ATUAL



Composição por Indexador

■ CAM¹ ■ Câmbio ■ Taxa Flutuante ■ Prefixado





¹ Coeficiente de Atualização Monetária (CAM): coeficiente de atualização monetária relativo aos contratos de financiamento federal para Estados, o Distrito Federal e os Municípios baseados na Lei Complementar nº 148, de 25 de novembro de 2014, e no Decreto n° 8.616, de 29 de dezembro de 2015.







REGIME DE RECUPERAÇÃO FISCAL







- ✓Até a instituição do PROPAG, em janeiro de 2025, o Regime de Recuperação Fiscal (RRF) era o único instrumento legal disponível para os Estados em situação de endividamento crítico.
- ✓ Desde o início da atual gestão em 2019 o Estado buscou adotar as medidas necessárias para viabilizar a adesão ao RRF.

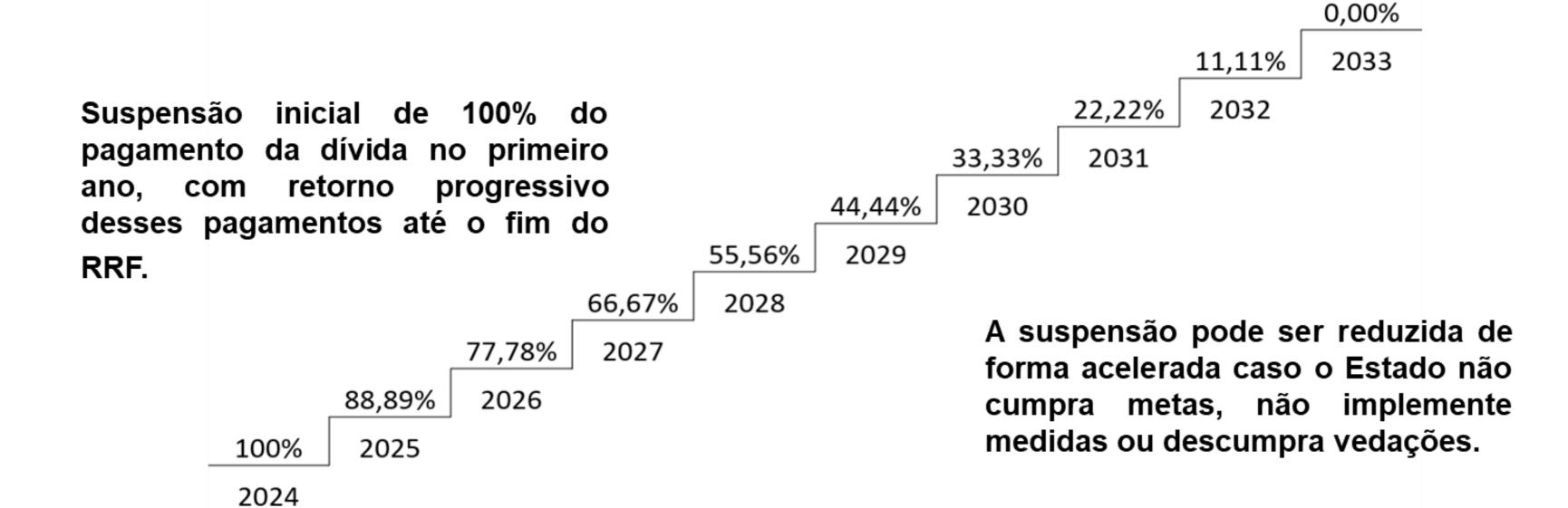




REGIME DE RECUPERAÇÃO FISCAL



- ✓ Suspensão do pagamento das dívidas:
- i) integral, durante o primeiro exercício de vigência do RRF; e
- ii) decrescente à razão de, ao menos, 11,11 pontos percentuais anuais, a partir do 2º ano, até que ao final do Regime as prestações voltem a ser pagas integralmente.





VALORES PAGOS À UNIÃO – 2022¹ À ABRIL/2025



Em R\$ Milhões

Contrato	2022	2023	2024	2025	Total por Contrato
Art. 23 da LC nº 178/2021 ²	868,91	2.218,06	1.575,55	0,00	4.662,52
Lei nº 9.496/97	2.285,01	1,66	2,12	181,82	2.470,61
Contrato 272/2025/CAFIN	0,00	0,00	0,00	133,20	133,20
Art. 9°A da LC n° 159/2017	0,00	0,00	874,63	1.251,05	2.125,68
DMLP ³	24,94	1,55	0,78	0,00	27,26
Total	3.178,86	2.221,27	2.453,07	1.566,07	9.419,27

Fonte: DCGD/SCGOV/SEF

¹⁻ O Estado retomou os pagamentos à União em Julho/2022, após a assinatura do contrato de refinanciamento nos termos do Art.23 da LC nº 178/2021 e desistência das ACOs, ajuizadas no STF, que suspenderam entre 2018 e 2022 o pagamento das parcelas das dívidas administradas pela STN e garantidas pela União.

²⁻ Saldo contratual incorporado em setembro/2024 ao estoque do contrato de refinanciamento celebrado nos termos do Art. 9ºA da LC nº 159/2017; e

³⁻ Contrato quitado em abril/2024.





PROGRAMA DE PLENO PAGAMENTO DE DÍVIDA DOS ESTADOS - PROPAG



PROPAG



- ✓ LC n° 212/2025: institui o PROPAG.
- ✓ **Decreto n° 12.433/2025**: regulamenta procedimentos da LC n° 212/2025.
- ✓ Medida Provisória nº 1.295/2025: normas complementares sobre avaliação de ativos, fundo de equalização federativa e usos dos recursos.
- ✓ LC n° 159/2017: regras do RRF.
- ✓ **Decreto nº 10.681/2021**: detalha procedimentos do RRF, relevante para exclusão do regime.
 - ✓ Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (PROPAG), destinado a promover a revisão dos termos das dívidas dos Estados e do Distrito Federal com a União; prevê instituição de fundo de equalização federativa; e altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), a Lei Complementar nº 178, de 13 de janeiro de 2021, e a Lei Complementar nº 201, de 24 de outubro de 2023.



PROPAG - VISÃO GERAL



Aditivos Contratuais

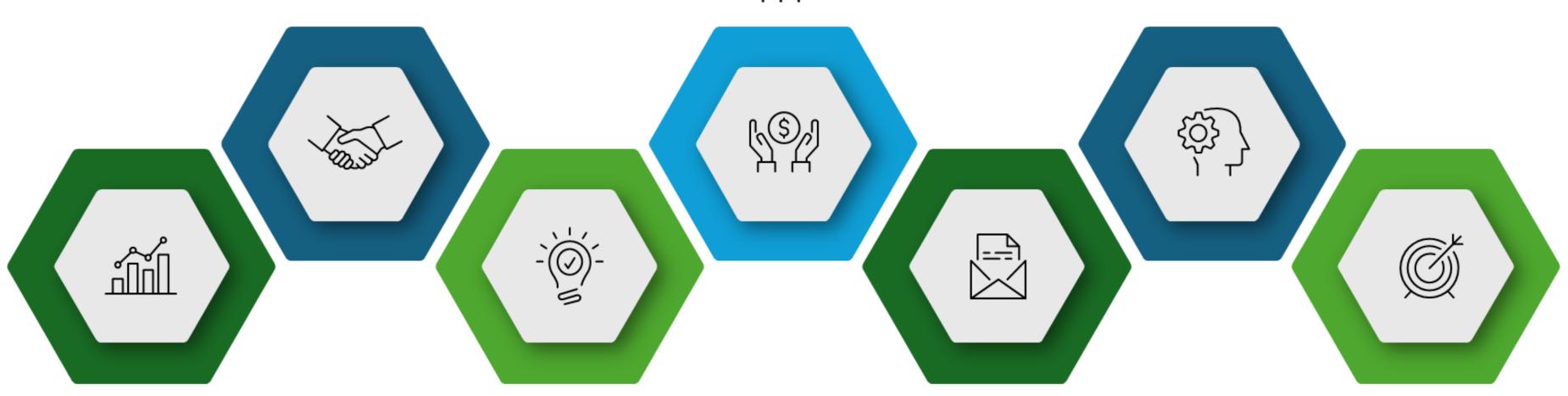
Revisão Termos da Dívida Juros reais 0% a 2% Até 30 anos para pagar

Fundo Garantidor Federativo

Garantias Operações de Crédito PPP

Teto de Gastos

Controle Crescimento de Despesas Primárias



Transferência e Cessão de Ativos

Amortização Extraordinária

Fundo Equalização Federativa

Aportes Anuais Redistribuição de recursos entre todos os estados

Juros Por Educação e Demais Investimentos

Investimentos em áreas essenciais

Transparência e Governança

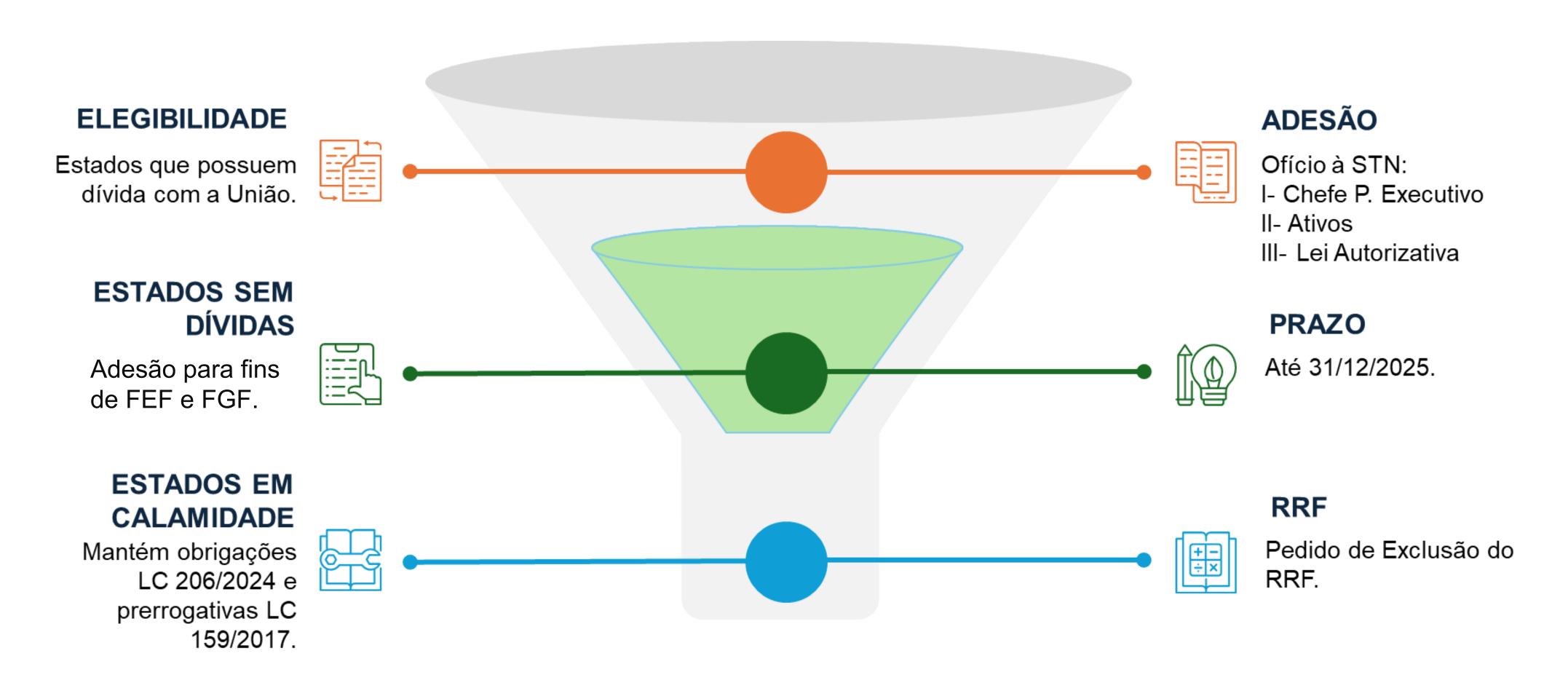
Avaliação e Publicação Anual das metas pactuadas (TCE, ALMG, MF)





PROPAG – CRITÉRIOS DE ADESÃO





Obs.: a assinatura do termo aditivo de adesão ao PROPAG e a consequente fruição de seus benefícios ficam condicionadas à **homologação do encerramento do RRF**.



PROPAG



- ✓ **Refinanciamento das dívidas junto à União**: correção monetária pelo IPCA e juros reais graduados de 0%, 1% ou 2% ao ano, conforme esforço de amortização e aportes em investimentos e no FEF.
- ✓ Condições para obtenção de juros reduzidos:

JUROS REAIS	AMORTIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA	INVESTIMENTOS	APORTE FUNDO DE EQUALIZAÇÃO		
	20% saldo devedor	1% saldo devedor	1% saldo devedor		
0%	10% saldo devedor	1,5% saldo devedor	1,5% saldo devedor		
	- 2% saldo devedor		2% saldo devedor		
	20% saldo devedor	-	1% saldo devedor		
1%	10% saldo devedor	0,5% saldo devedor	1,5% saldo devedor		
	-	1% saldo devedor	2% saldo devedor		
2%	10% saldo devedor	_	1% saldo devedor		
	-	0,5% saldo devedor	1,5% saldo devedor		



PROPAG – TRASNFERÊNCIA E CESSÃO DE ATIVOS



- ✓ Instrumentos de pagamento da dívida: moeda corrente, participações societárias, bens móveis e imóveis, créditos com setor privado ou com a União, dívida ativa, receitas de ativos públicos (Lei nº 4.320/64), compensações financeiras (petróleo, gás, minerais), entre outros.
- ✓ Autorização e aceite: (I) anuência da União; (II) autorização legal (Estados e União); e (III) avaliação de valor justo.
- ✓ Prazo-limite: 31/12/2025 para comunicação de ativos e formalização dos acordos. Após essa data, só se consideram para amortização extraordinária, sem impacto nos encargos financeiros.
- ✓ **Termo Aditivo**: A taxa de juros reduzida só é aplicada após a assinatura do primeiro termo aditivo, mesmo que haja pendência na valoração dos ativos.
- ✓ **Substituição de ativos**: Permitida até 31/12/2025. Depois disso, apenas como amortização extraordinária, sem alteração no enquadramento de juros.
- ✓ Negociação e avaliação dos ativos: O não acordo entre Estado e União impede a contabilização de abatimento da dívida mesmo com a apresentação tempestiva.





PROPAG – TRASNFERÊNCIA E CESSÃO DE ATIVOS

- ✓ Redução do saldo devedor apenas quando da transferência efetiva dos ativos à União.
- ✓ Estados em Regime de Recuperação Fiscal:
 - ➤ Necessidade de desligamento do RRF até 31/12/2025 para adesão ao PROPAG;
 - ➤ Data de referência do desligamento: I a data informada no pedido de saída **ou** II a data da assinatura do termo aditivo do PROPAG;
 - ➢Incremento gradual das prestações da dívida junto à União na proporção de 20% a cada ano da adesão ao PROPAG; e
 - > Retomada integral do pagamento das parcelas dos contratos garantidos.





PROPAG – ATIVOS PARA AMORTIZAÇÃO



Transferência de participações societárias do Estado para União

Status: aguardando autorização legislativa para início dos estudos



Transferência de bens móveis e imóveis do Estado para União

• Imóveis do Estado e das Estatais Status: em levantamento a situação dos imóveis e início das tratativas para cumprimento das condicionantes do Decreto nº 12.433/2025.



Transferência de créditos do Estado junto à União

- Lei Kandir
- Compensação Previdenciária (Comprev)

Status: levantamento dos créditos existentes junto à União.



Cessão de créditos da dívida ativa do Estado

Dívida Ativa

Status: aguardando autorização legislativa para formatação do ativo.





PROPAG – TETO DE GASTOS



Os Estados optantes pelo PROPAG deverão limitar, no prazo de 12 (doze) meses a partir da assinatura de aditivo contratual, o crescimento das despesas primárias à variação do IPCA, apurado pela IBGE, acrescida de:

I - 0 (zero), caso não tenha ocorrido aumento real na receita primária no exercício anterior;

II - 50% (cinquenta por cento) da variação real positiva da receita primária apurada, caso o Estado tenha apurado resultado primário nulo ou negativo;

III - 70% (setenta por cento) da variação real positiva da receita primária apurada, caso o Estado tenha apurado resultado primário positivo.



ADESÃO PROPAG



REQUISITOS PEDIDO DE ADESÃO

- Manifestação Chefe do Poder Executivo
- Indicação pormenorizada dos ativos
- Indicação das leis autorizativas, devidamente publicadas no Diário Oficial
- Pedido de exclusão do Regime de Recuperação Fiscal



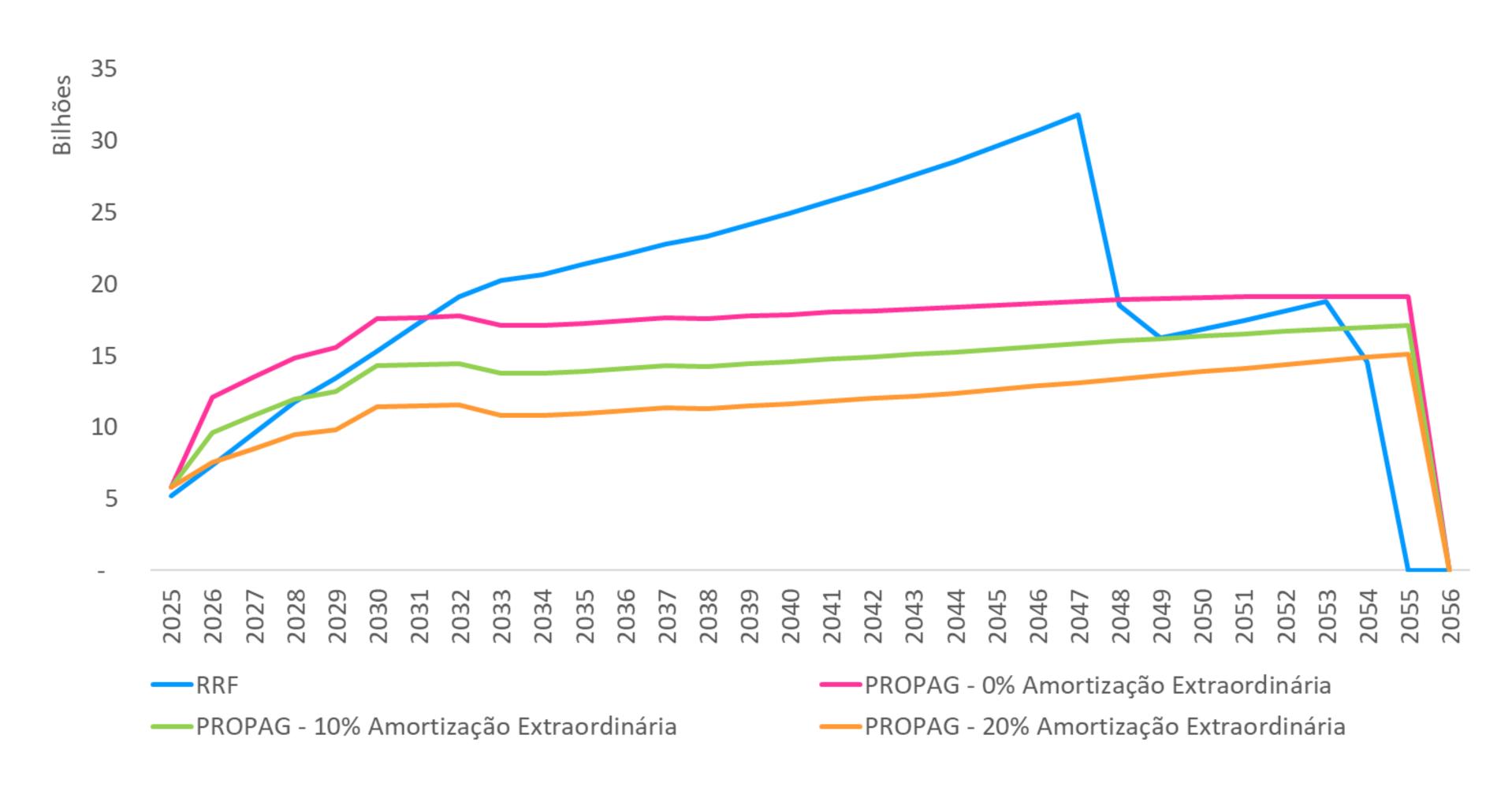
Data Limite para solicitação de compensação de créditos do Estado junto à União. Retorno Ministério da Fazenda sobre proposta de transferência de Participações Societárias Data Limite para o pedido de adesão ao Propag e oferta de ativos, para fins de amortização extraordinária com redução dos juros.

Data Limite para substituição e/ou complementação de ativos.



SERVIÇO DA DÍVIDA RRF x CENÁRIOS PROPAG





- RRF: considera exclusivamente o valor pago anualmente com o serviço da dívida (encargos financeiros).
- **PROPAG**: inclui o custo com o serviço da dívida, os aportes obrigatórios ao Fundo de Equalização Federativa (FEF) e os investimentos previstos no art. 9º da LC 212/2025.





ACORDOS





ACORDOS – REGULARIZAÇÃO DE PASSIVOS

Acordo	Valor Total	Pago (até abr/25)	% Pago
AMM	R\$ 7,0 bi	R\$ 7,0 bi	100%
AMM – Saúde*	R\$ 6,7 bi	R\$ 2,7 bi	40%
Depósitos Judiciais	R\$ 7,6 bi	R\$ 3,3 bi	43%

^{*}Nota: Informações disponíveis no site da SES/MG



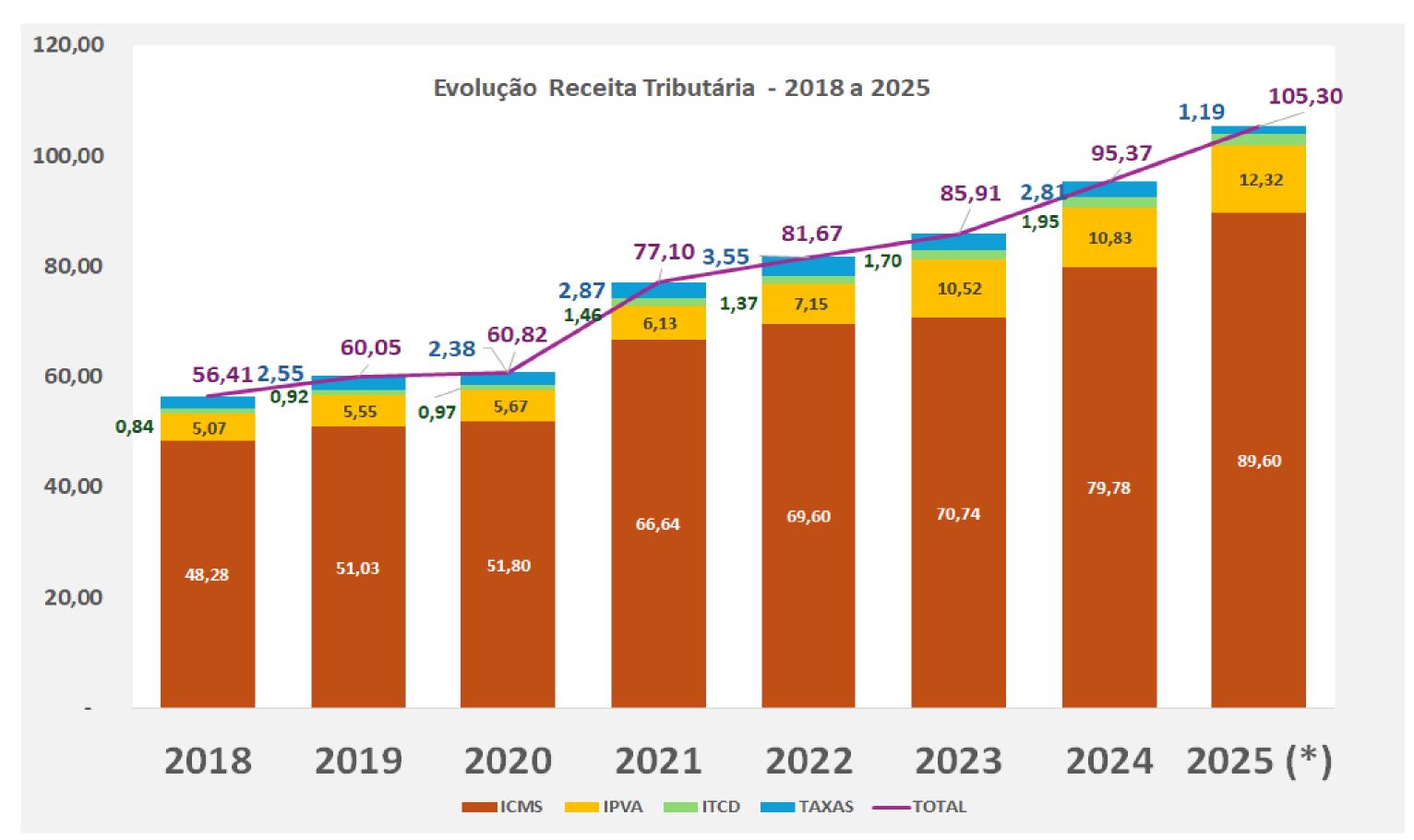


ARRECADAÇÃO TRIBUTÁRIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS



ARRECADAÇÃO TRIBUTÁRIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS





(*) Para o ano de 2025 foi considerada a Meta de Arrecadação

Fonte: RMA

Elaboração: SAIF-SEF

Nota: (*) Valores de jan a mai/24

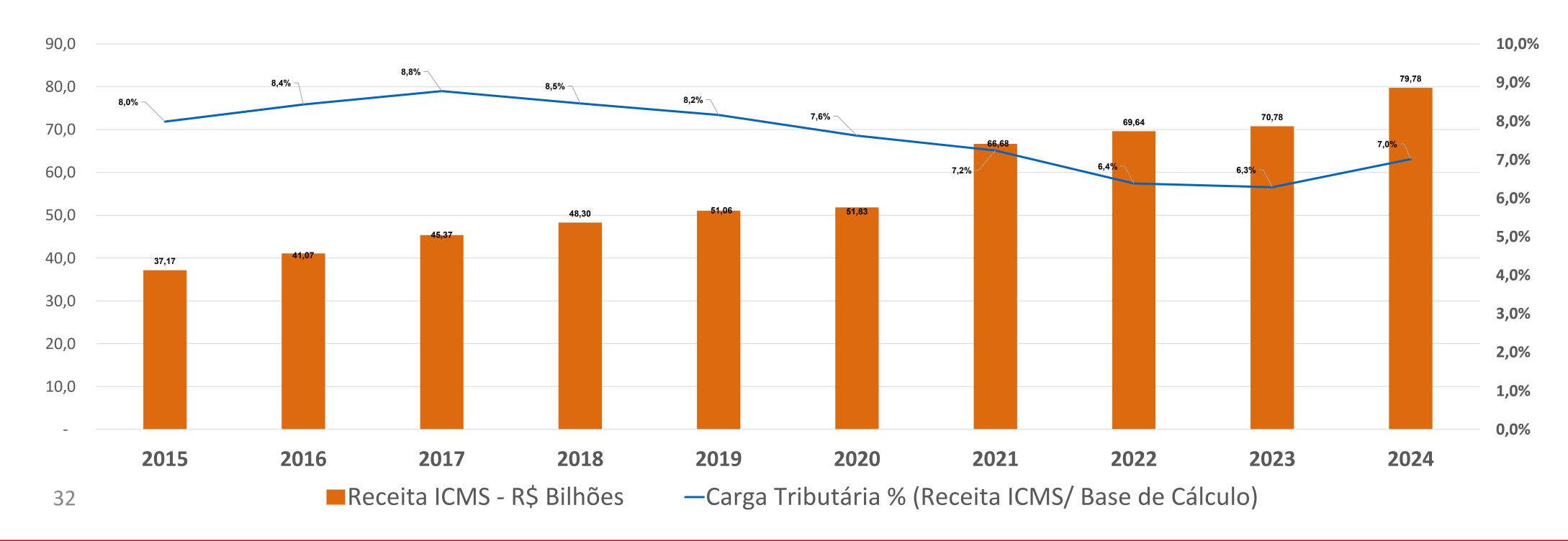


EVOLUÇÃO DA CARGA TRIBUTÁRIA E RECEITA



ANO	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Carga Tributária %										
(Receita ICMS/ Base de	8,0%	8,4%	8,8%	8,5%	8,2%	7,6%	7,2%	6,4%	6,3%	7,0%
Cálculo)										
Receita ICMS - R\$ Bilhões	27.2	//1 1	1E 1	10.2	E1 1	E1 0	66.7	60.6	70.0	70.0
	37,2	41,1	45,4	48,3	51,1	51,8	66,7	69,6	70,8	79,8

RECEITA ICMS x CARGA TRIBUTÁRIA





EVOLUÇÃO DA ARRECADAÇÃO JANEIRO A MAIO COMPARATIVO 205 X 2024

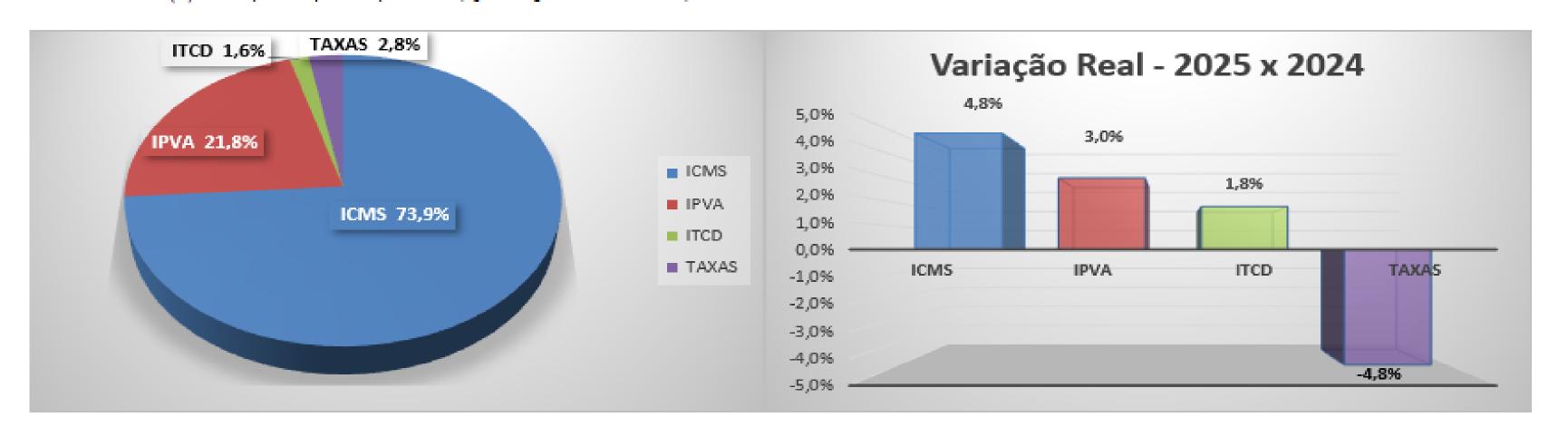


Mês	Valores C	Jan a Mai Correntes	Variação (%)		Valores C	Jan a Mai onstantes	Variação (%)		Part. (%)	
	2024	2025	(R\$)	(%)	2024	2025	(R\$)	(%)	2025	
ICMS	30.980.075	34.124.831	3.144.756	10,2%	32.959.724	34.551.237	1.591.513	4,8%	73,9%	
IPVA	9.235.030	9.998.830	763.801	8,3%	9.876.451	10.169.199	292.749	3,0%	21,8%	
ITCD	672.286	719.001	46.715	6,9%	714.902	727.590	12.688	1,8%	1,6%	
TAXAS	1.270.784	1.271.348	565	0,0%	1.353.319	1.288.562	(64.758)	-4,8%	2,8%	
TOTAL	42.158.175	46.114.011	3.955.837	9,4%	44.904.396	46.736.588	1.832.192	4,1%	100,0%	

Fonte: RMA.

Elaboração: DIEF/SAIF/SEF-MG

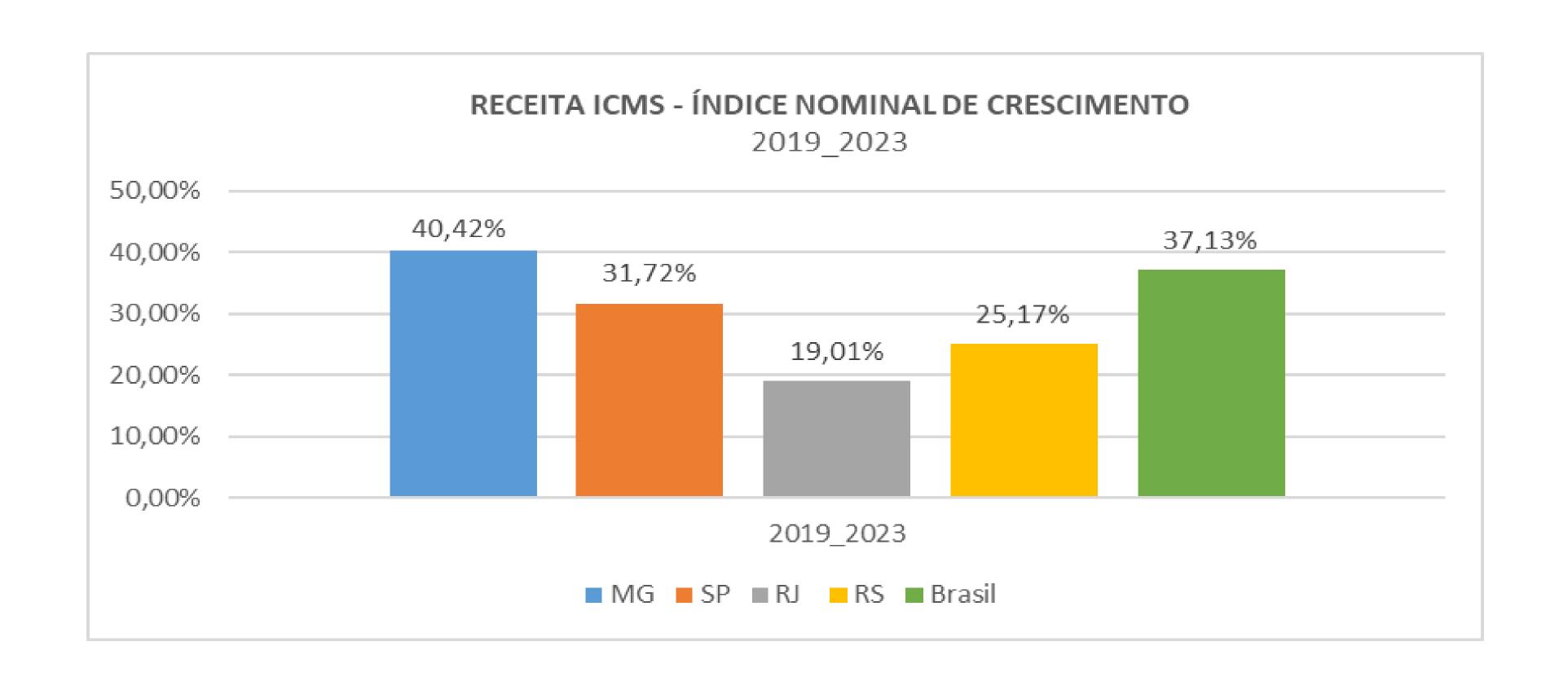
Notas: (1) ICMS/IPVA/ITCD/TAXAS, principal sem Multas, Juros e D. Ativa







EVOLUÇÃO DA RECEITA DE MINAS GERAIS EM COMPARAÇÃO COM AS PRINCIPAIS UF







GESTÃO TRIBUTÁRIA E ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS



INVESTIMENTOS ATRAÍDOS PARA MG ENTRE 2019 - 2025



ANO	INVESTIMENTOS (R\$)	EMPREGOS (N°)
2025	36.011.057.731,11	23.878
2024	71.356.323.688,01	46.061
2023	114.365.288.840,13	56.447
2022	82.443.735.238,52	34.739
2021	105.172.489.453,00	63.515
2020	32.101.986.749,55	20.530
2019	55.925.616.777,01	18.425
TOTAL	497.376.498.477,33	263.595

Fonte: Invest Minas/ Dados atualizados em 03/06/2025.









PROTOCOLOS DE INTENÇÕES ASSINADOS E PUBLICADOS EM 2024 - Destaques







PROTOCOLOS DE INTENÇÕES ASSINADOS E PUBLICADOS EM 2025 - Destaques





Fonte: SUTRI/SRE/SEF/Dados atualizados até abril de 2025.





RESULTADOS DA PESQUISA ENCOMENDADA PELA SEF/MG AO IPEAD:

O Impacto da Renúncia Tributária do ICMS do Estado de Minas Gerais no Período 2016-2023





SUMÁRIO DE RESULTADOS





o total de renúncias de ICMS decorrentes das políticas tributárias foi da ordem de R\$ 64,5 bilhões



Cinco grupos concentraram mais da metade da renúncia de ICMS em 2023: Bebidas; Siderurgia e Metalurgia; Animais e Carnes, Alimentação Restante; e Perfumaria, Cosméticos e Higiene



Renuncias contribuíram com 9,67 pontos percentuais para o crescimento do PIB do estado no período



Renúncias resultaram em um incremento de R\$ 99 bilhões no PIB e criação de cerca de 897 mil ocupações formais em MG



A arrecadação de ICMS no estado devido às renúncias foi estimada em R\$ 71 bilhões.







GASTO TRIBUTÁRIO



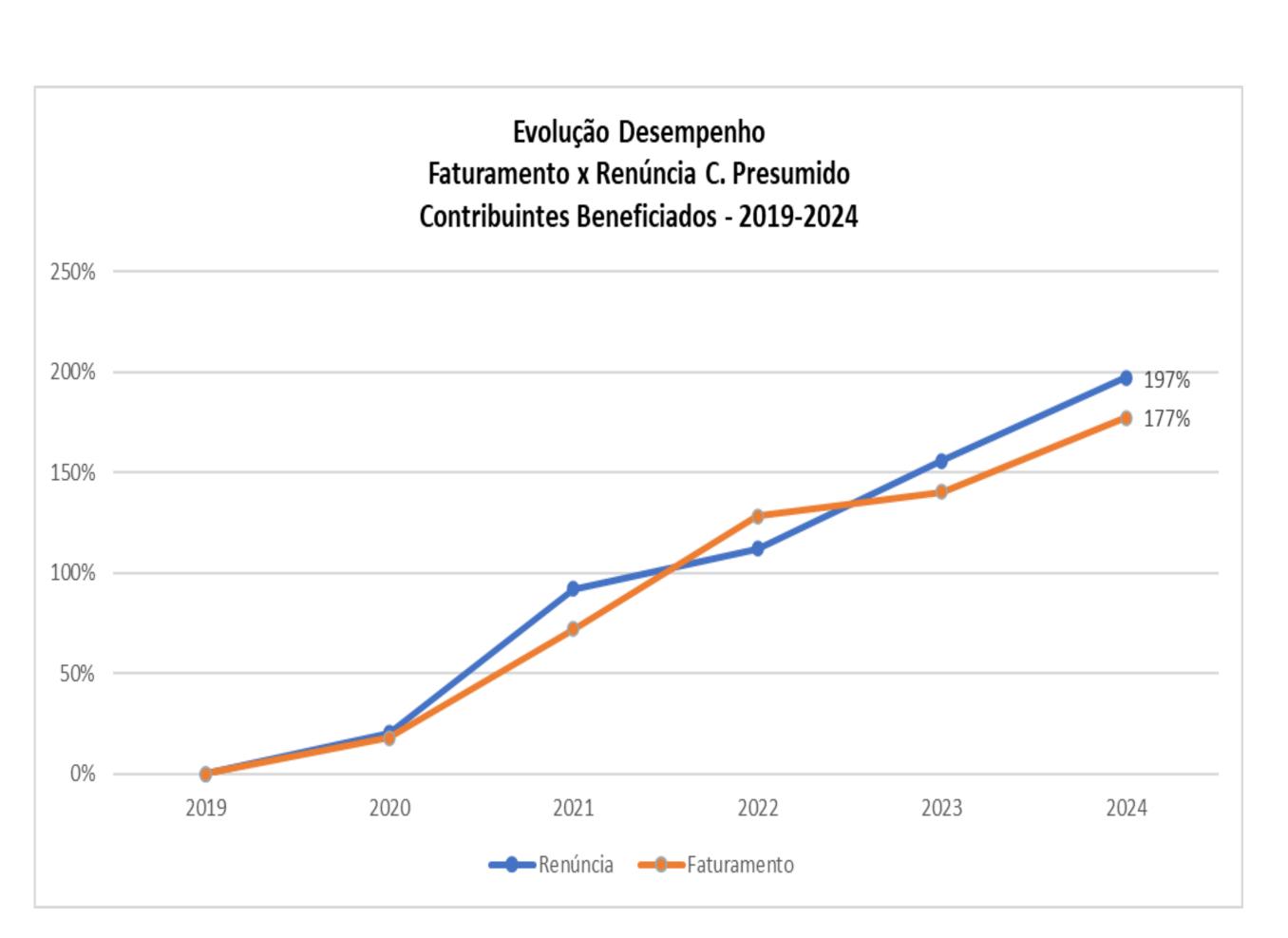


ANÁLISE RENÚNCIAS FISCAIS MG – 2024 – GASTO TRIBUTÁRIO

RENÚNCIA/CRÉDITO PRESUMIDO X FATURAMENTO

	Contribuintes Beneficiados							
Ano	Faturamento	Crescimento Acum. %	Renúncia	Crescimento Acum. %	Part. % Faturamento			
2019	254.725.870.841	-	5.672.445.936	-	2,2%			
2020	300.241.220.825	18%	6.823.168.214	20%	2,3%			
2021	438.080.661.119	72%	10.894.513.409	92%	2,5%			
2022	581.531.162.788	128%	12.033.954.126	112%	2,1%			
2023	612.642.176.644	141%	14.517.950.387	156%	2,4%			
2024	706.802.809.753	177%	16.859.217.052	197%	2,4%			





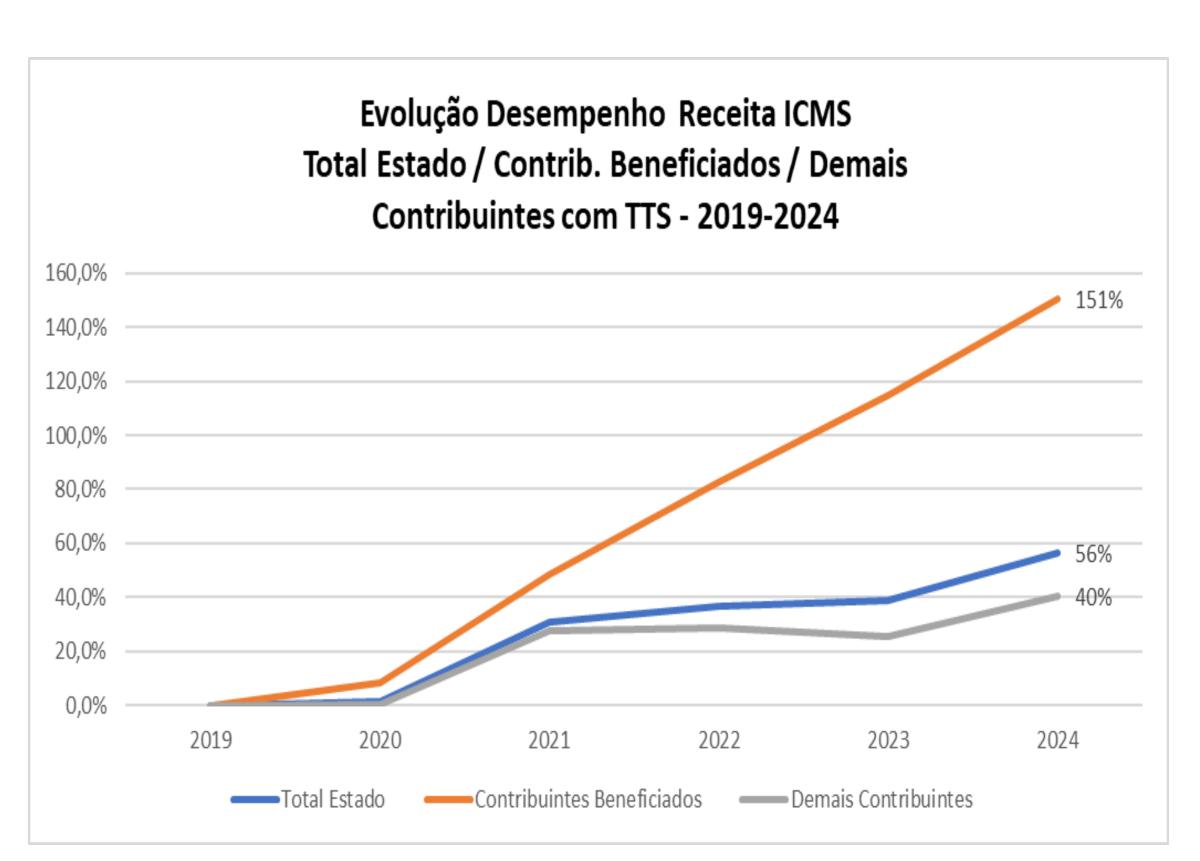


ANÁLISE RENÚNCIAS FISCAIS MG – 2024 – GASTO TRIBUTÁRIO



RECEITA ICMS - TOTAL ESTADO X BENEFICIADOS X DEMAIS

	RECEITA ICMS								
Ano	Total Estado		Contribui ntes Be	neficiados	Demais Contribuintes				
	R\$	Crescimento Acum. %	R\$	Crescimento Acum. %	R\$	Crescimento Acum. %			
2019	51.028.731.036	-	7.444.095.469	-	43.584.635.567	-			
2020	51.803.419.997	2%	8.068.908.761	8%	43.734.511.236	0%			
2021	66.635.427.907	31%	11.046.500.915	48%	55.588.926.992	28%			
2022	69.604.813.769	36%	13.581.500.892	82%	56.023.312.877	29%			
2023	70.737.636.274	39%	15.977.175.366	115%	54.760.460.908	26%			
2024	79.775.208.339	56%	18.666.075.116	151%	61.109.133.223	40%			







CONTROLE FISCAL E COMBATE À SONEGAÇÃO



CONTROLE FISCAL E COMBATE À SONEGAÇÃO OPERAÇÕES FISCAIS



- As ações envolveram a execução de mandados de busca e apreensão, com a participação conjunta da Fiscalização, Ministério Público e Forças de Segurança Estaduais;
- Retorno para a sociedade mineira: recuperação de receita da ordem de 12 bilhões de reais ingressos no caixa do Estado.

ANO	TOTAL OPERAÇÕES	CIRA	RESULTADO (R\$)
2025	11	2	963.025.631,27
2024	70	13	2.898.965.207,64
2023	56	6	2.025.524.777,34
2022	61	16	1.387.793.399,41
2021	49	9	1.795.902.211,80
2020	44	8	1.125.356.700,35
2019	56	12	1.686.783.323,59
TOTAL	347	66	11.883.351.251,40



AÇÕES DIRETAS DO FISCO – 2024/2025



O que é a Ação Direta do Fisco?

Recursos arrecadados (dinheiro no caixa) diretamente pelas ações da Receita Estadual

- •Inclui valores principais (imposto) multas e juros
- •Reflete o impacto direto, sem o qual esse recurso não entraria no caixa de Minas Gerais (não inclui efeitos indiretos, como aumento da percepção de risco)







RESULTADOS AÇÃO DIRETA DO FISCAL 2024

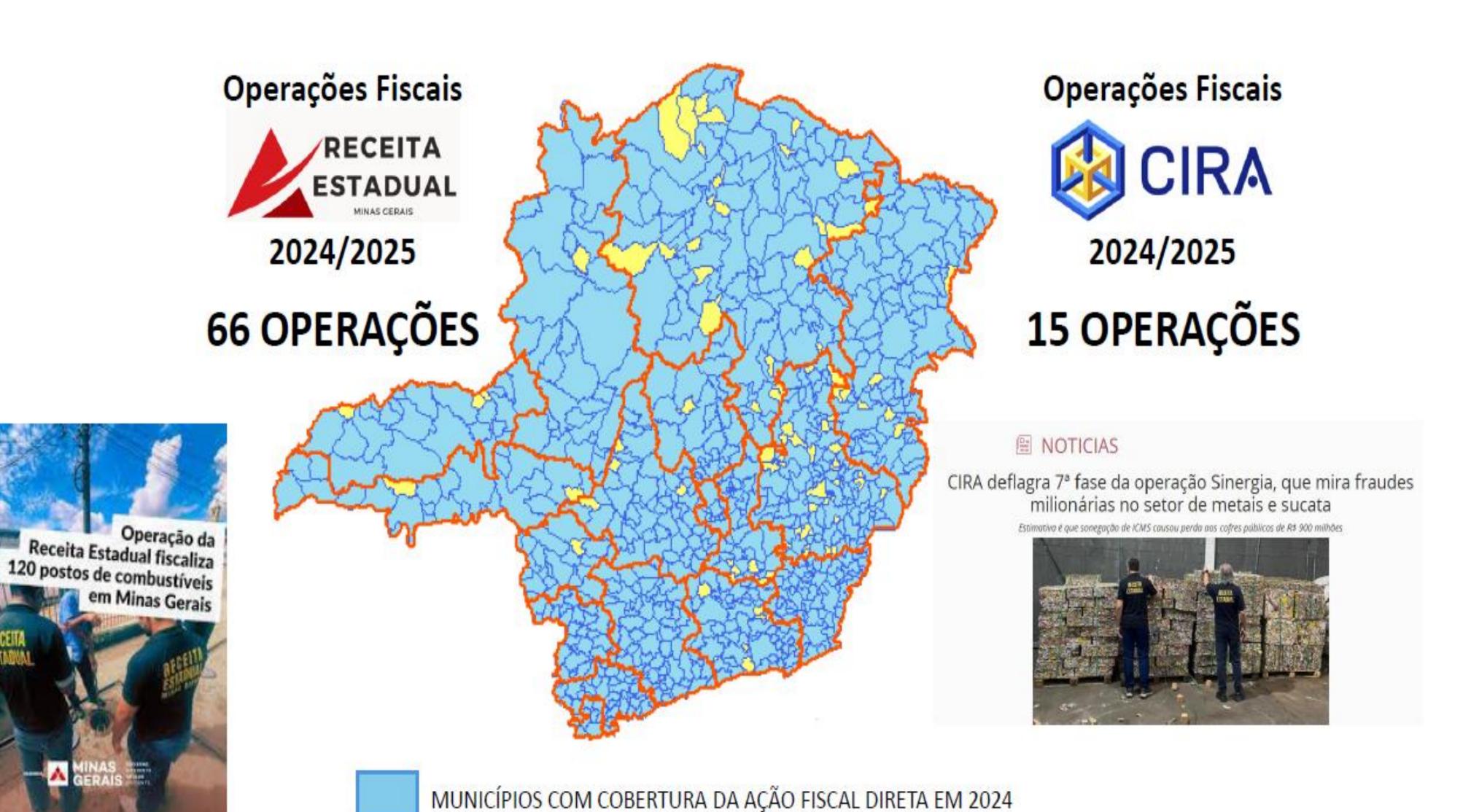


RESULTADOS AÇÃO DIRETA DO FISCAL 2025



CONTROLE FISCAL OSTENSIVO E COMBATE À SONEGAÇÃO





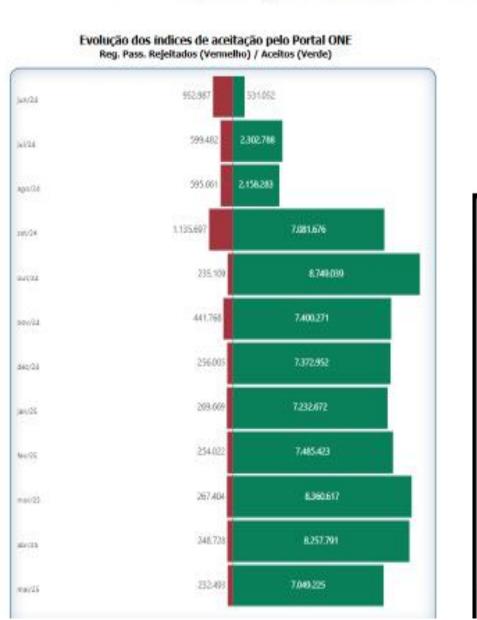


DIVISA TRIBUTÁRIA SEGURA

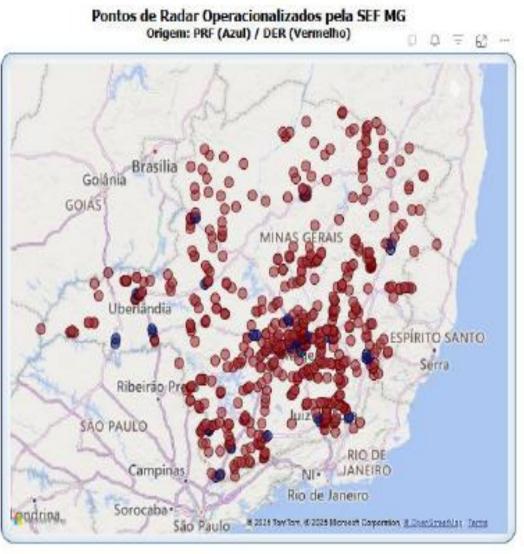


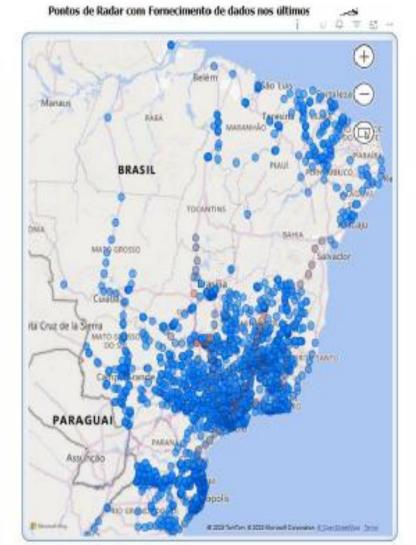
Resultados Alcançados Malhas Fiscais

- R\$ 70,9 milhões em 2022;
- R\$ 80,0 milhões em 2023; R\$ 313,6 milhões em 2024;
- R\$ 74,1 milhões em 2025 (até abril).









Expansão da DTS - Contrato nº 1900011220/2024 Produtos previstos para o 2° semestre de 2025

- •Assinado em dezembro de 2024 com a contratação de soluções geoespaciais em nuvem:



AUTORREG – EVOLUÇÃO DO MÓDULO DE AUTORREGULARIZAÇÃO



Objetivo Inicial

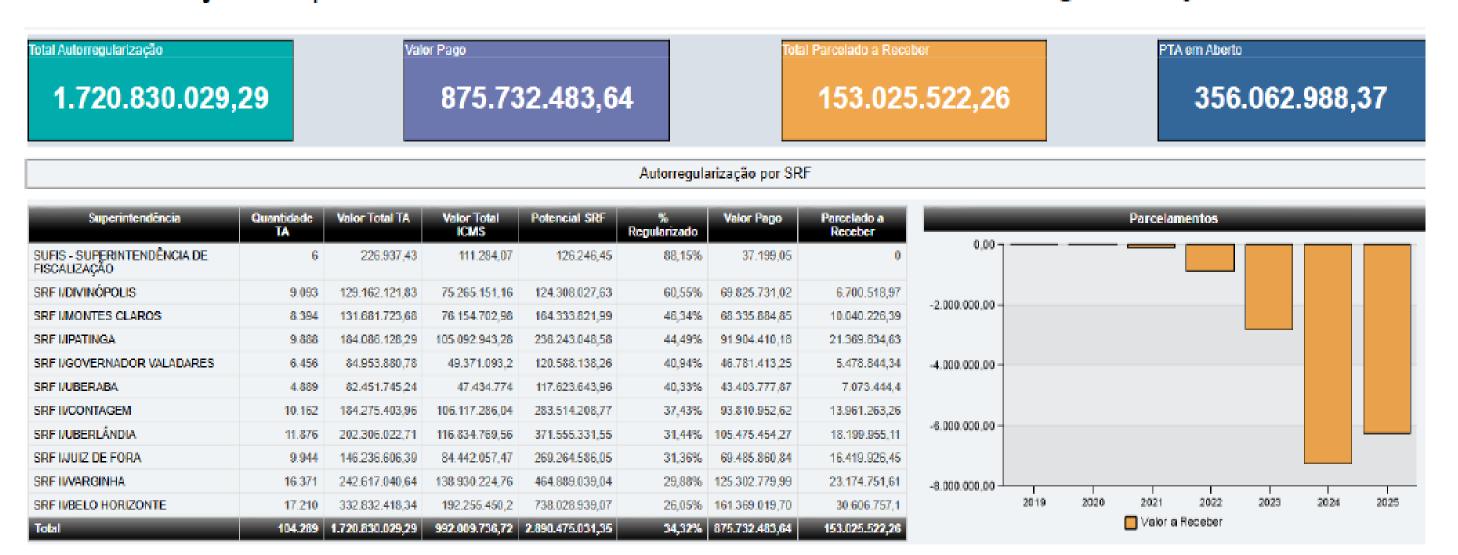
- •Facilitar a comunicação SEF/MG x Contribuintes
- Permitir autorregularização sem penalidades (RPTA)

Funcionalidades Atuais

- •Identificação automática de inconsistências
- Denúncia espontânea (à vista ou parcelado)
- •Isenção de penalidades fiscais

Evolução em Curso

- Sistema Integrado de Conformidade Fiscal Digital
- •Integração com novas bases e malhas
- •Interface aprimorada para contadores e contribuintes
- •Monitoramento contínuo de obrigações
- •Alertas e recomendações preventivas
- Automação e maior capilaridade da autorregularização











	REFIS 2024 - LEI 24.612/2023								
FASE	SE Tipo de Resultado		VIr Solucionado	Valor Recebido					
ADM	Parcelamento_REFIS_2024	12.638,00	3.325.512.223,13	655.557.506,54					
ADM	À_vista_REFIS_2024	1.872,00 378.521.057,76		366.378.730,25					
DA	Parcelamento_REFIS_2024	6.263,00	2.874.270.969,17	427.966.281,73					
DA	À_vista_REFIS_2024	974,00	394.945.487,33	380.112.034,07					
TOTAL	Parcelamento_REFIS_2024	18.901,00	6.199.783.192,30	1.083.523.788,27					
TOTAL	À_vista_REFIS_2024	2.846,00	773.466.545,09	746.490.764,32					





IPVA RECUPERADO (PARCELADOS E DÍVIDA ATIVA)					
Ano Arrecadação	Qtde PTA	Arrecadação Total (R\$)			
2019	72.436	97.245.117,61			
2020	87.559	109.400.814,92			
2021	79.918	112.178.333,57			
2022	75.330	129.421.253,38			
2023	99.755	239.294.212,33			
2024	123.209	318.047.115,02			





PARCELAMENTOS CONCEDIDOS							
Ano Inclusão	Qtde	Total Parcelado (R\$)					
2019	130.492	2.652.043.829,57					
2020	127.305	2.881.084.381,33					
2021	127.424	6.612.245.568,26					
2022	112.872	2.741.069.861,48					
2020	127.305	2.881.084.381,33					
2023	172.899	4.024.327.723,34					
2024	207.220	9.033.180.422,45					





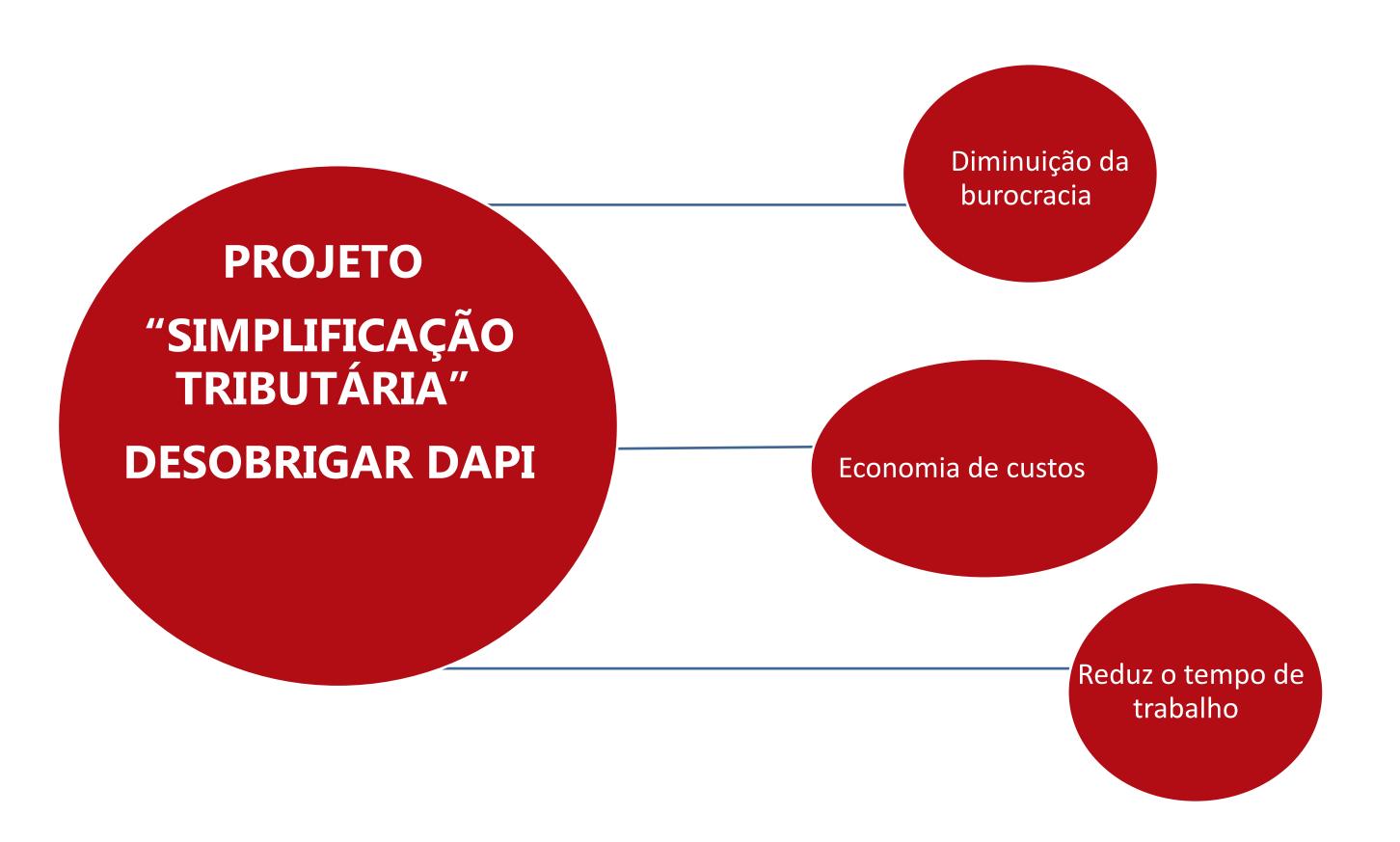
MEDIDAS COM FOCO NO CONTRIBUINTE







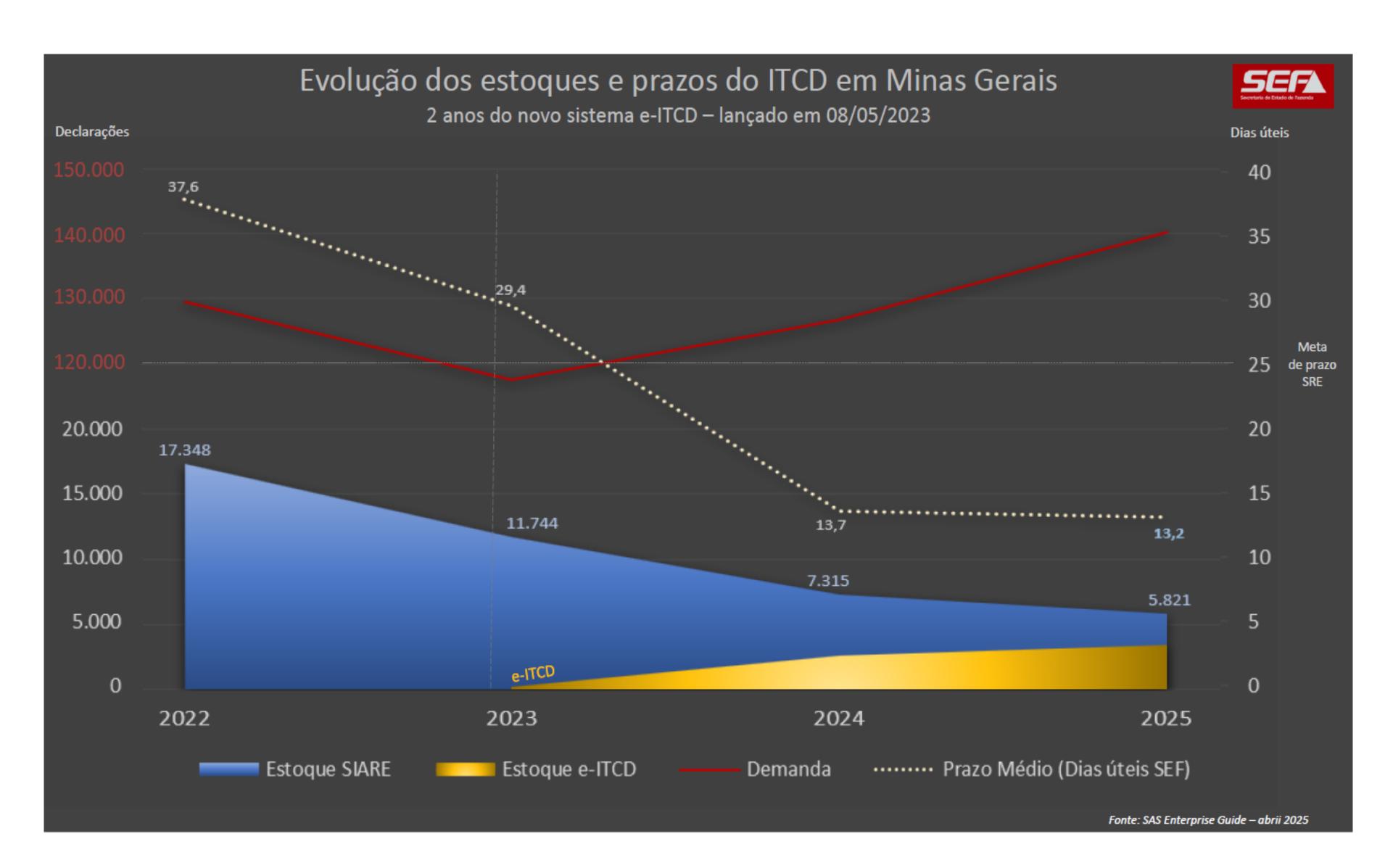
45.000
EMPRESAS
DISPENSADAS
DA ENTREGA DA
DECLARAÇÃO





e-ITCD







ITCD



0		<u></u>	
I		ITCD - Evolução 2022 > 2025*	
	1 Demanda	19% Aumento de novas DBD em relação a 2022	
	👃 Força de Trabalho	-11% Número de servidores nos últimos anos (jan/2023 a 2024)	
	Produtividade	13% Aumento de certidões em relação a 2022	
	★ Eficácia	38% Aumento da arrecadação de ITCD em relação a 2022	
	↑ Modernização	77% Redução de prazo no e-ITCD em comparação ao SIARE	
	1 Rapidez	70% das DBD no e-ITCD são concluídas em até 3 dias úteis	
	★ Aceleração	85% de DBD enviadas no e-ITCD	
	♠ Progresso	64% Redução do estoque total em relação ao início de 2022	

^{*} Dados consolidados até o 1º tri/25

Fonte: SAS Enterprise Guide e Portal da Transparência MG





	Certidões emitidas (DBD concluídas) no 1º trimestre de 2025								
	e-	ITCD	S	IARE	Consolidado				
Mês	Quantidade de Protocolos/DBD concluídos	Prazo médio de conclusão (dias úteis)	Quantidade de Protocolos/DBD concluídos	Prazo médio de conclusão (dias úteis)	Quantidade de Protocolos/DBD concluídos	Prazo médio de conclusão (dias úteis)	Aumento de certidões emitidas (2025 x 2024)	Redução de prazo (2025 x 2024)	% e-ITCD
Janeiro	8.384	7,7	2.316	30,1	10.700	12,5	24%	-2%	78%
Fevereiro	7.704	7,7	2.612	34,5	10.316	14,5	16%	3%	75%
Março	8.420	7,0	2.323	32,8	10.743	12,6	13%	-12%	78%
Total	24.508	7,5	7.251	32,5	31.759	13,2	18%	-4%	77%

Mais de 70% das DBD no e-ITCD são concluídas em até 3 dias úteis e, em boa parte, o cidadão obtém o DAE para pagamento imediatamente após a transmissão da declaração.

Fonte: Power BI SAIF (e-ITCD) e SAS VA (SIARE)





ITCD - Principais Entregas em 2024



NOVOS TIPOS DE TRANSMISSÃO NO e-ITCD

módulo de doações e usufruto (imóveis, empresas, veículos, ações etc.) – com esta ampliação, cerca de 80% das novas declarações já são transmitidas por meio do e-ITCD



INTEGRAÇÃO COM OS MUNICÍPIOS

de Contagem e Sete Lagoas para avaliação automática de imóveis urbanos.

ITCD - Principais Entregas em 2025



NOVO TIPO DE TRANSMISSÃO NO e-ITCD

módulo de excedente de meação (divórcio / separação / dissolução de união estável) — com esta ampliação, cerca de 85% das novas declarações já são transmitidas por meio do e-ITCD



GeoITCD

Ferramenta para avaliação de imóveis rurais por meio de cruzamento de bases e Georreferenciamento



Novas Medidas em Andamento





Disponibilização de novos tipos de transmissão no e-ITCD (cessão de direitos hereditários e doação de numerário)



Evolução das funcionalidades do sistema (ampliação das regras do Código Civil automatizadas no sistema)



Canal Verde (ampliação das situações de liberação automática de DAE imediatamente após o envio da declaração)



GeolTCD imóveis rurais (avaliação de imóveis rurais automatizada por meio de cruzamento de bases e Georreferenciamento)



<u>GeolTCD</u> imóveis urbanos (avaliação de imóveis urbanos por meio de cruzamento de bases e Georreferenciamento)



Ampliação dos convênios com Prefeituras para avaliação automática de imóveis urbanos





IPVA 2025 - Vencido

Os mineiros que não conseguiram quitar dentro do prazo o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) 2025 já podem parcelar o débito, em até 12 vezes, de forma on-line.

Não há limite de prazo para adesão ao parcelamento, e débitos anteriores a 2025 também podem ser parcelados.





NOVO PORTAL DE ATENDIMENTO DA SEF



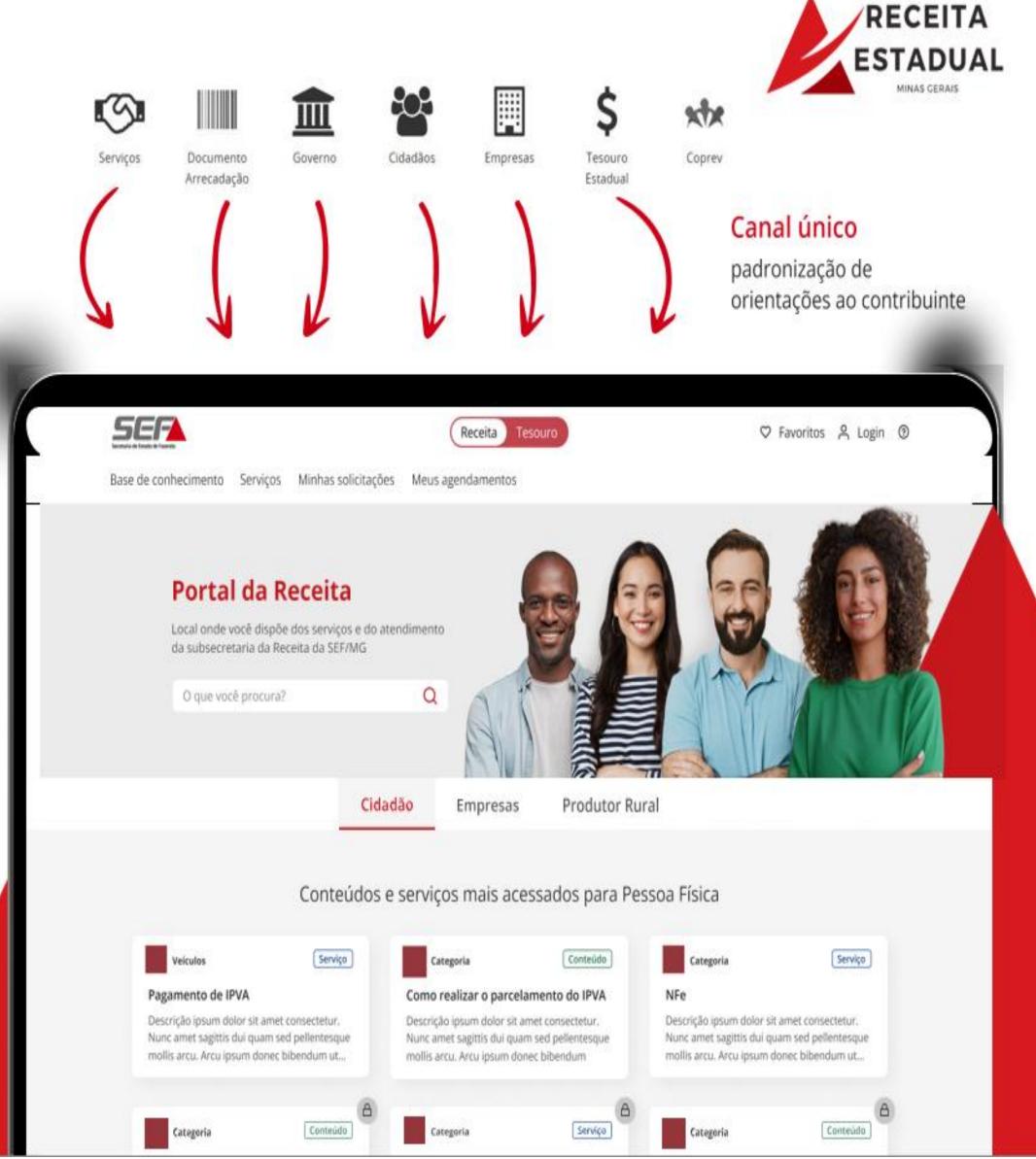


Portal de Serviços de Atendimento da SEF

Para aprimorar a qualidade do atendimento e fortalecer a interlocução com cidadãos e demais stakeholders, a SEF decide contratar uma Plataforma Multicanal de Gerenciamento do Relacionamento com o Cidadão.

Os principais benefícios dessa solução incluem:

- Unificação dos canais de atendimento
- Ferramenta de busca inteligente e chatbot
- Acompanhamento transparente das solicitações
- Padronização do atendimento
- Melhoria na gestão e análise de dados

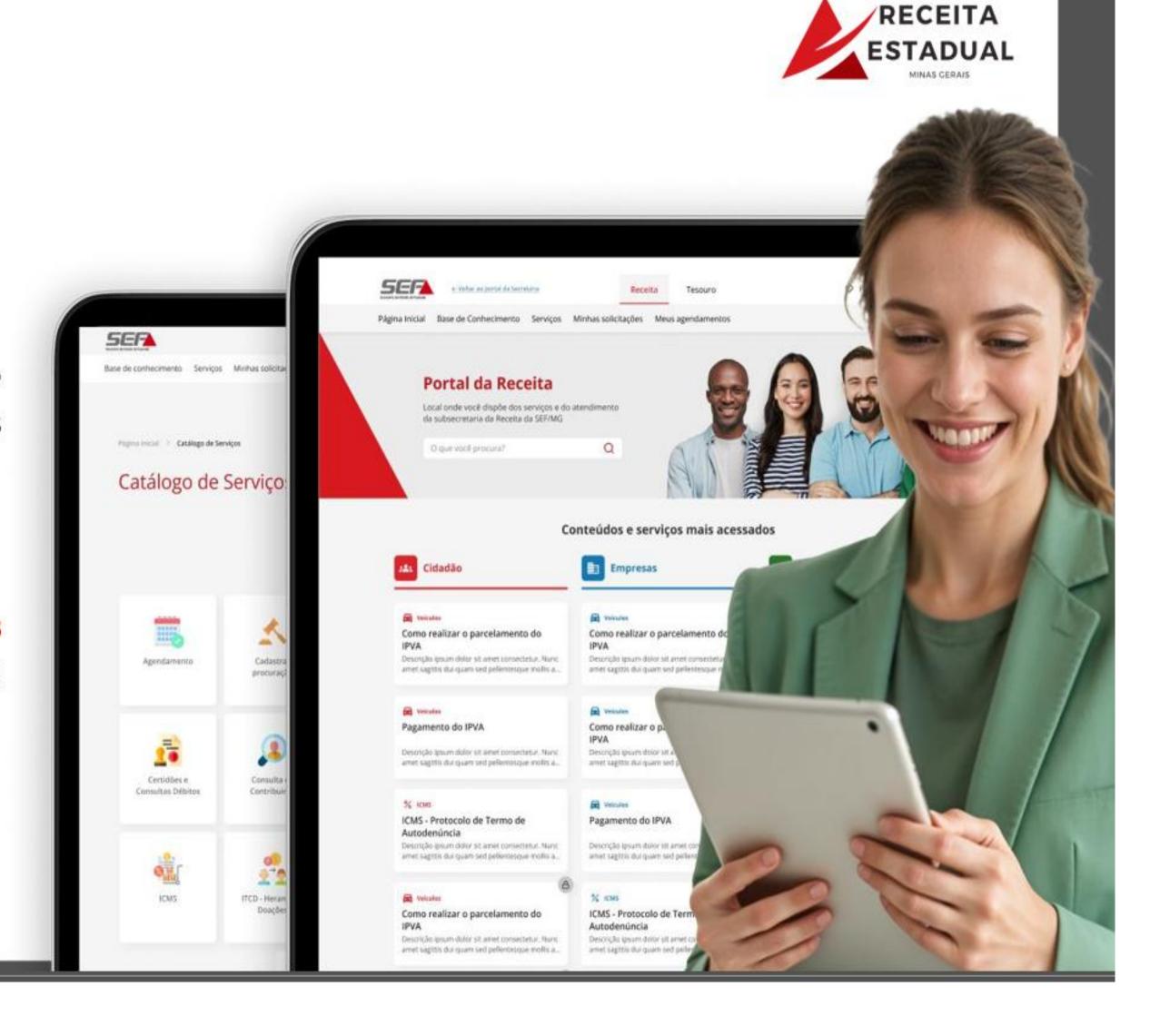






Portal de Serviços de Atendimento da SEF

- A plataforma unifica os canais de atendimento aos cidadãos e aos contribuintes.
- Aproximadamente 127 serviços da Receita oferecidos de forma totalmente on-line.





NOVO PORTAL DE ATENDIMENTO





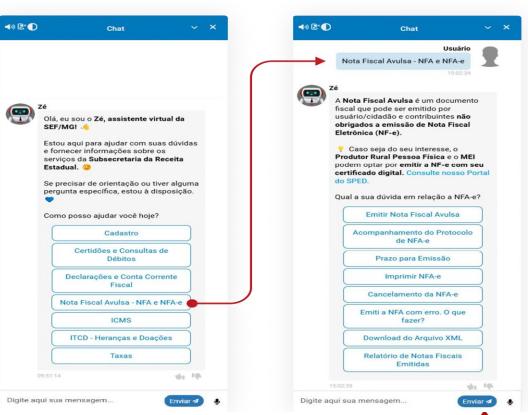








Aliados às novidades, está o atendente virtual Zé. Ele auxiliará na solução de dúvidas sobre solicitações importantes para o uso da plataforma. Caso ele não consiga resolver a questão, encaminhará a demanda para o atendimento humano.





PARTICIPAÇÃO DA SEF/MG NO CONTEXTO DA REFORMA TRIBUTÁRIA – LC 132 de 20/12/2023



A SEF/MG, atenta à importância do tema e seus impactos para a arrecadação, tributação e fiscalização do IBS, tem atuado de forma permanente nas discussões e grupos de gestão e de trabalho criados para a implementação da RT.

Dentre os 4 Grupos de Coordenação criados para efetivar as diretrizes da Reforma, MG tem a titularidade de 2 grupos:

- Grupo de Coordenação Técnica Normativa (GCTN)
- Grupo de Coordenação Técnica Financeiro-Operacional (GCTF)

Além de mais de 50 servidores que atuam diuturnamente nas discussões dos grupos de trabalho criados no âmbito da RT.





AUDITORIAS DO TCE - RENÚNCIAS FISCAIS E CRÉDITO TRIBUTÁRIO



- TCE Anualmente Relatório Temático sobre renúncias fiscais para fins de avaliação do Balanço Geral do Estado
- TCE Auditoria Operacional a fim de avaliar os resultados advindos das Renúncias de Receitas efetivadas pelo Estado de MG
- TCE Monitoramento dos Plano de ação que culminaram com o Relatório de Impacto do Monitoramento, emitido em 2023
- TCE Auditoria Financeira da Dívida Ativa – Crédito Tributário
- TCE Estudo: Renúncias Fiscais

• TCE – Estudo: Renúncias Fiscais – etapa de análise



2021-2023

2024

2025

SEF - Cumprimento do Plano de Ação para atendimento das recomendações

Principais ações adotadas pela SEF/MG em relação ao tema:

- Implantação de instrumentos para o aprimoramento efetivo do monitoramento das Renúncias de Receitas frente aos resultados pretendidos e aqueles efetivamente obtidos.
- Adaptação do plano contas de controle referente aos benefícios tributários, financeiros, creditícios e fiscais, de modo a melhor evidenciar as renúncias de receitas concedidas





Obrigado